

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

SISTEMA BNDES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Sistema BNDES, relativos ao exercício de 2011. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

A conjuntura econômica internacional mudou abruptamente ao longo de 2011. Enquanto a desaceleração observada no 1º semestre era creditada a alguns fatores transitórios - como a alta das commodities agrícolas, alta dos preços do petróleo em função da crise política no Oriente Médio ("Primavera Árabe"), terremoto no Japão, o debate sobre o teto do endividamento público norte-americano e a crise das dívidas soberanas na periferia da Zona do Euro - no 2º semestre, devido a sua sincronização e disseminação, ela ganhou contornos permanentes.

A crise europeia atinge estágio mais dramático, tanto em função de seu contágio para países centrais (sendo caso mais emblemático o da Itália), quanto pela ausência de coordenação e liderança política na resolução da crise. A desaceleração da atividade econômica atingiu, inclusive, os mercados emergentes por canais já conhecidos - queda de preços das commodities, redução das exportações e piora das condições de crédito.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2011, ficou caracterizado pela desaceleração da atividade econômica. Os dados disponíveis até o momento, restritos ao 3T/11, mostraram que o nível de atividade apresentou estagnação na passagem do 2T/11 para o 3T/11, livre de influências sazonais. Com isso, a taxa de crescimento acumulada do PIB nos últimos 12 meses (até o 3T/11) foi de 3,7%. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, e desacelerou de 11,5% para 7,0% entre o 2T/11 e o 3T/11, nessa mesma base de comparação. O consumo das famílias, com crescimento de 5,4% no mesmo período, também apresentou sinais de desaceleração na margem.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 49,4 bilhões (2,05% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente inferior ao observado no mesmo período de 2010 (2,38% do PIB em 12 meses). A balança comercial registrou superávit de US\$ 31,4 bilhões, enquanto o somatório das contas de serviços e rendas tiveram déficit da ordem de US\$ 83,7 bilhões. Na conta de serviços, destaque para os déficits nas rubricas de aluguel de equipamentos e gastos com cartão de crédito e turismo em viagens internacionais. Na conta de rendas, as remessas de lucros e dividendos advindos de IED (investimentos externos diretos) foram preponderantes US\$ 30 bilhões. A conta capital e financeira registrou saldo positivo de US\$ 110 bilhões, liderados, fundamentalmente, pelos ingressos de capitais para realização de IED, cujo total líquido atingiu US\$ 82,2 bilhões. Os investimentos estrangeiros em carteira somaram US\$ 21 bilhões, enquanto derivativos e demais investimentos atingiram US\$ 5,3 bilhões.

No que diz respeito à inflação, o IPCA, depois de atingir um pico de 7,3% no acumulado em 12 meses em setembro, desacelerou no último trimestre, fechando o ano com variação de 6,5%. Esse resultado é condizente com o teto da meta de inflação. Os preços dos alimentos, os grandes vilões em 2010, continuaram com participação elevada em 2011 (contribuição de 1,7 p.p.), mas inferior aos componentes de preços administrados e serviços. Esta última categoria foi a que apresentou a maior contribuição ao IPCA em 2011, 2,2 p.p.. Destacou-se ainda a alta contribuição dos administrados ao IPCA de 2011, de 1,8 p.p., o dobro daquela verificada em 2010. Os preços industriais fecharam em patamar praticamente equivalente ao de 2010, com contribuição de 0,8 p.p. para o IPCA. O maior preço do álcool, que elevou a inflação dos bens semi e não duráveis de 5% em 2010 para 6,6% em 2011, foi quase totalmente compensado pela menor inflação dos bens duráveis (-1,3%, ante 1% em 2010), fruto de isenção fiscal (corte de IPI) e do aumento da concorrência com bens importados.

Para 2012, a despeito do cenário internacional adverso, espera-se que a economia brasileira acelere seu ritmo de crescimento, atingindo algo entre 3,5% e 3,8%, amparada pela demanda doméstica. O reajuste de 14% do salário mínimo associado à expansão das operações de crédito a pessoa física, tende a manter o consumo das famílias em ritmo sustentável. A aceleração dos investimentos públicos em infraestrutura também serão vetores importantes para o crescimento em 2012.

II. A EMPRESA

Desde a sua criação em 1952, o BNDES, empresa pública federal, é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o BNDES atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

O BNDES conta com três subsidiárias integrais: FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited, que compreendem o Sistema BNDES. A BNDESPAR é uma sociedade por ações cujo objetivo é apoiar o processo de capitalização e desenvolvimento de empresas nacionais, por meio de participações societárias de caráter minoritário, contribuindo assim para o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários brasileiro. A FINAME contribui para a expansão e a modernização da indústria brasileira ao fornecer financiamento, usualmente por meio de agentes financeiros credenciados, para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por meio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização. Adicionalmente, como parte da estratégia de ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras, em novembro de 2009 o BNDES inaugurou sua subsidiária em Londres, a BNDES Limited, que se encontra em fase pré-operacional.

Os produtos e serviços do BNDES atendem às necessidades de investimentos de ampla gama de empresas estabelecidas no Brasil, seja em relação ao porte - apoiando desde micro, pequenas e médias até grandes empresas - seja em relação ao setor de atividade. Os produtos e serviços do BNDES (i) são acessíveis a empresas de diversos setores, tais como infraestrutura, agronegócio, produção de bens finais diversos, produção de insumos básicos, produção de bens de capital; e (ii) estão disponíveis para investimentos de cunho social. A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo Brasil, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES na alocação de recursos garante maior retorno ao desenvolvimento do Brasil ao contribuir para a expansão da produção nacional de bens e serviços e da oferta de postos de trabalho e para o desenvolvimento do mercado de capitais, e ao incentivar a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

Assim, o BNDES reforça o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, em sintonia com os desafios mais urgentes da dinâmica social e econômica contemporânea.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DE 2011

Rating

O rating escala global em moeda estrangeira do BNDES foi revisado pela Moody's, que o elevou de Baa2 para Baa1, com perspectiva positiva, e pela Standard & Poor's (S&P), cuja avaliação passou de BBB- para BBB, com perspectiva estável.

Criação dos Programas BNDES PER Rio de Janeiro e BNDES Refin Rio de Janeiro

O BNDES criou dois programas emergenciais, o *BNDES Emergencial de Reconstrução - Rio de Janeiro (BNDES PER Rio de Janeiro)* e o *BNDES Especial de Refinanciamento a Empresas e Municípios do Estado do Rio de Janeiro (BNDES Refin Rio de Janeiro)*, para municípios atingidos pelas enchentes no Rio.

Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com o Instituto Camargo Correa (ICC)

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com o Instituto Camargo Correa (ICC) para investimento em projetos de qualificação profissional e estruturação de atividades produtivas em populações de baixa renda.

Prorrogação do BNDES PSI (Programa BNDES Sustentação do Investimento)

Prorrogação do prazo de contratação das operações no âmbito do BNDES PSI para 31 de dezembro de 2012 e, no caso de algumas operações, para 30 de junho de 2012.

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia visando à execução do Plano Conjunto de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS). O objetivo é fomentar projetos que visem o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar.

Parceria com o Ministério da Pesca e Agricultura

Estabelecimento de parceria com o Ministério da Pesca e Agricultura cujo objetivo é a ampliação do papel do Brasil como produtor de pescados para os mercados doméstico e mundial. Assinatura de termo de cooperação técnica entre as duas instituições e lançamento de uma agenda institucional de desenvolvimento econômico e social da agricultura e pesca brasileira.

Patrocinador Esportivo

Início da atuação do BNDES como patrocinador esportivo. A princípio, o apoio será concentrado na canoagem. Caberá ao BNDES a análise e o acompanhamento dos projetos apresentados, que devem ter sido previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

Acordo entre os bancos de desenvolvimento dos BRICS

Assinado Acordo para Cooperação Financeira pelos presidentes dos bancos de desenvolvimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O acordo terá prazo de vigência de cinco anos e prevê o fortalecimento da cooperação financeira entre as instituições signatárias e o desenvolvimento do relacionamento econômico e comercial entre os BRICS.

Comitê de Apoio à Inovação

Início das atividades do Comitê de Apoio à Inovação, destinado a apoiar e subsidiar a análise dos pedidos de colaboração financeira submetidos ao BNDES no âmbito dos instrumentos de apoio à inovação, com exceção das operações que pleiteiem recursos financeiros do Fundo Tecnológico - FUNTEC.

Programa BNDES P&G

Lançamento do novo programa, BNDES P&G, de apoio ao setor de petróleo e gás. Os principais objetivos do programa são aumentar o conteúdo local, ampliar a competitividade das empresas brasileiras no mercado doméstico e internacional e fortalecer a cadeia.

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário

Assinatura de acordo de cooperação técnica com o MDA voltado para o desenvolvimento da agricultura familiar, visando desenvolver ações para melhorar as condições econômicas e sociais de famílias que vivem em situação de extrema pobreza no meio rural, agricultores e assentados que já desenvolvem atividades produtivas e moradores da Amazônia Legal.

Contrato com o Bladex (Banco Latino-americano de Comércio Exterior)

Assinatura de contrato de financiamento a exportações brasileiras de máquinas e equipamentos para países da América Latina e do Caribe.

Seleção de Pessoal

Realização de dois processos de seleção pública para a formação de Cadastros de Reserva de Pessoal, um para o cargo de nível superior - **Profissional Básico** (formações de Engenharia, Administração, Análise de Sistemas - Desenvolvimento, Contabilidade, Comunicação Social e Economia) e outro para o cargo de nível médio - **Técnico de Arquivo**.

Política Corporativa de Segurança da Informação

Atualização da Política Corporativa de Segurança da Informação, de 2009, a fim de garantir a disponibilidade e a integridade de informações no âmbito das empresas do Sistema BNDES em meio ao cenário de constante evolução dos meios de comunicação.

CUSTO DOS FINANCIAMENTOS

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, tipo de operação, natureza e região, sendo composta:

Operações Diretas: Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito

Operações Indiretas: Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

O **custo financeiro** reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros). Os principais custos de captação do BNDES estão associados à TJLP, ao dólar e à Cesta de Moedas. Em menor escala, ao IPCA e à Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a LIBOR acrescida da variação do dólar norte-americano ou a TJFPE - Taxa de juros fixa pré-embarque acrescida da variação do dólar norte-americano.

Para operações com empresas cujo controle seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, destinadas a investimentos em setores de atividades econômicas não enumerados pelo Decreto No. 2.233/97, o custo financeiro será a Cesta de Moedas.

A **remuneração do BNDES** varia conforme cada Produto, Linha de Financiamento, Programa ou Fundo. Tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido consolidado do BNDES.

A **taxa de risco de crédito** pode chegar a 3,57% a.a., de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

Nas operações indiretas a taxa de risco de crédito é substituída pela **taxa de intermediação financeira**, que reflete o risco sistêmico das Instituições Financeiras Credenciadas, limitada a 0,5% a.a. De acordo com o tamanho da Companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

A **remuneração da instituição financeira credenciada** é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas Instituições Financeiras Credenciadas, e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

FONTES DE RECURSOS

Como principal agente financiador de crédito a longo prazo no Brasil, o BNDES demanda recursos adequados para composição de seu *funding*. As particularidades da oferta doméstica de crédito no país, concentrada no curto prazo, conduziram o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo. A principal solução se deu por via legislativa, com a Constituição Federal de 1988 assegurando fonte estável

1 Aplicáveis às empresas e grupos econômicos não financeiros até 30/6/12

de recursos para o BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, resultante basicamente da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP. De acordo com a Constituição Federal, das contribuições ao Fundo PIS-PASEP, 60% se destinam a custear o seguro-desemprego e o abono salarial e, no mínimo, 40% devem ser destinados ao BNDES para aplicação em programas de desenvolvimento econômico.

Até 2008, o FAT representava a principal fonte de captação de recursos do BNDES. No entanto, devido às importantes captações do Tesouro Nacional a partir de 2008, o FAT já não representa a principal fonte de recursos. Em 2009 o BNDES captou, sob o amparo da Lei nº 11.948/09, R\$ 100 bilhões do Tesouro Nacional. De forma a garantir recursos suficientes para atender a demanda por desembolsos em 2010, o limite de crédito previsto na Lei 11.948/09 foi ampliado para R\$ 180 bilhões. Ainda em 2010, a MP nº 505, de 24/9/10, autorizou a liberação de R\$ 30 bilhões ao BNDES, dos quais, R\$ 24,8 bilhões captados sob a forma de LFT (Letras Financeiras do Tesouro) e utilizados para integralização de ações de emissão da Petrobras.

Em 2011 o BNDES captou R\$ 50,2 bilhões do Tesouro Nacional, dos quais R\$ 45 bilhões se referem à linha de crédito de R\$ 55 bilhões criada pela Medida Provisória 526, de 4/3/11 (Lei nº 12.453, de 21/7/11) e R\$ 5,2 bilhões, ao saldo remanescente da linha de crédito de R\$ 30 bilhões instituída pela Medida Provisória nº 505, de 24/9/10 (Lei nº 12.397, de 23/3/11).

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: retorno das suas operações, monetização de ativos de sua carteira, participações societárias, recursos captados no mercado internacional, seja através de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, seja com a emissão de bonds, recursos captados no mercado interno, através da emissão de debêntures pela BNDESPAR, recursos captados via Fundos Institucionais, como FMM (Fundo da Marinha Mercante), FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), dentre outros.

SUBSIDIÁRIAS

O BNDES possui três subsidiárias integrais: BNDES Participações S/A - BNDESPAR, Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e BNDES Limited.

A atuação da **BNDESPAR** é no apoio ao processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Atua principalmente através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

A **FINAME** tem como missão a promoção do desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país. Atua, principalmente, através do repasse de recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas, aumentando, assim, a sua capilaridade, a sua simplicidade e a sua agilidade, atendendo a clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.

A **BNDES Limited** foi constituída em 2009, sob as leis do Reino Unido, como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £ 100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), tendo sido integralizados £ 3.536.301,00 até 31/12/11. A BNDES Limited está situada em Londres e se encontra em fase pré-operacional.

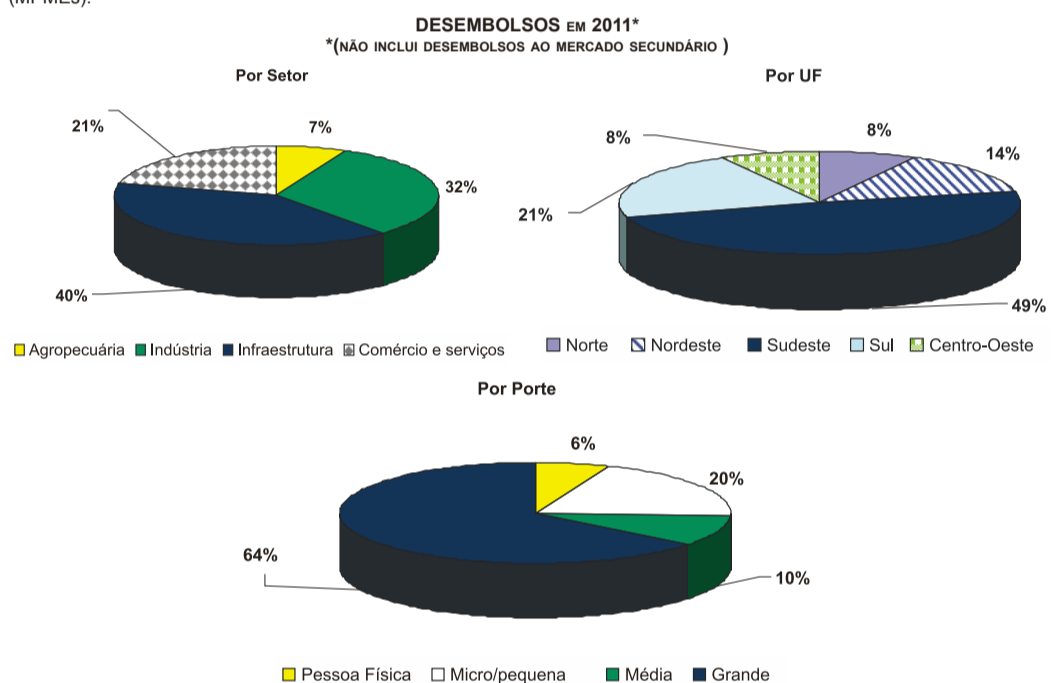
DESEMPENHO OPERACIONAL

A atuação do BNDES em 2011 ajudou o Brasil a manter a expansão dos investimentos acima do crescimento do PIB, permitindo que o País crescesse sem a ocorrência de gargalos e pressões inflacionárias.

O desempenho de 2011 refletiu as medidas adotadas em 2010, como a alteração das taxas de juros do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI), a redução da participação sobre o total de financiamentos e a extinção de linhas de giro que haviam sido criadas no momento mais crítico da crise. Com isso o BNDES buscou ampliar o espaço para o crescimento do papel do setor privado na concessão de crédito de longo prazo no Brasil.

Os desembolsos do BNDES somaram R\$ 139,7 bilhões em 2011, o que representa uma redução de 17,5% em relação ao registrado em 2010, de R\$ 168,4 bilhões. Subtraindo-se os R\$ 24,7 bilhões aplicados na capitalização da Petrobras em setembro de 2010, os desembolsos em 2011 ficaram no mesmo patamar dos registrados em 2010.

O desempenho de 2011 foi marcado pelo número recorde de operações na história do BNDES. Foram 896 mil, uma alta de 47% em relação a 2010, ampliando o acesso ao crédito do BNDES, especialmente às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).



Em 2011 os desembolsos às MPMEs totalizaram R\$ 49,8 bilhões, equivalente a 36% do total, o maior patamar da história. Com liberações de R\$ 7,6 bilhões e crescimento de 76% em relação a 2010, o Cartão BNDES foi um dos fatores que impulsionaram este crescimento.

A descentralização geográfica do crédito também foi destaque. As regiões Norte e Nordeste responderam por 22% dos desembolsos totais, uma alta em relação aos 17% registrados em 2010.

Os financiamentos de máquinas e equipamentos nas linhas BNDES PSI contribuíram fortemente para os investimentos em todos os setores apoiados pelo BNDES. Em 2011, os desembolsos do PSI somaram R\$ 42,5 bilhões.

O maior destaque de 2011 foram as liberações aos grandes projetos estruturantes. O setor de infraestrutura liderou os desembolsos, com R\$ 56,1 bilhões ou 40% do total liberado. Os montantes mais significativos foram para o transporte rodoviário (R\$ 26 bilhões) e energia elétrica (R\$ 15,9 bilhões).

O total liberado à indústria foi de R\$ 43,8 bilhões, com destaque para material de transporte (R\$ 8,2 bilhões), química e petroquímica (R\$ 7,1 bilhões), alimentos e bebidas (R\$ 6,8 bilhões) e indústria mecânica (R\$ 4,5 bilhões). Para comércio e serviços foram destinados R\$ 29,2 bilhões e à agropecuária, R\$ 9,8 bilhões.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1) Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2011	2010	Evolução (%)	4T/11	4T/10	Evolução (%)
Resultado com Operações Financeiras	6.488	7.039	(7,8)	2.184	2.480	(11,9)
Resultado com Participações Societárias	6.962	6.159	13,0	1.562	2.612	(40,2)
Provisão para Risco de Crédito	717	2.852	(74,9)	(898)	992	(190,5)
Outras Receitas e Despesas, líquidas	(2.223)	(1.851)	20,1	(815)	(646)	26,2
Tributação sobre o Lucro	(2.896)	(4.286)	(32,4)	(851)	(1.002)	(15,1)
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	9.048	9.913	(8,7)	1.182	4.436	(73,4)
Balanco Patrimonial	dez/11	dez/10	Evolução (%)	dez/11	set/11	Evolução (%)
Ativo Total (AT)	624.827	549.020	13,8	624.827	586.319	6,6
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	5.372	10.130	(47,0)	5.372	10.185	(47,3)
Participações Societárias ^{1/}	99.601	107.476	(7,3)	99.601	93.336	6,7
Outros Títulos e Valores Mobiliários	73.939	50.022	47,8	73.939	60.362	22,5
Operações de Créditos e Repasses ^{2/}	425.518	361.575	17,7	425.518	403.197	5,5
Outros Ativos	20.241	19.678	2,9	20.241	19.096	6,0
Imobilizado e Intangível	156	139	12,2	156	143	9,1
Empréstimos e Repasses	506.345	430.421	17,6	506.345	483.840	4,7
Captações no Mercado	7.808	-	-	7.808	-	-
Tributos Diferidos	9.899	15.667	(36,8)	9.899	8.473	16,8
Outras Obrigações	39.763	37.033	7,4	39.763	37.633	5,7
Patrimônio Líquido (PL)	61.012	65.899	(7,4)	61.012	56.374	8,2
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	9,76%	12,00%	(2,24)	9,76%	9,61%	1,6
Capitalização	dez/11	dez/10		dez/11	set/11	
Índice de Basileia	20,6%	18,6%		20,6%	20,5%	
Imobilização	0,4%	0,4%		0,4%	0,3%	
Índices Financeiros (%)	dez/11	dez/10	Evolução (%)	dez/11	set/11	Evolução (%)
Inadimplência / Carteira Total ^{3/}	0,14%	0,15%	(0,01)	0,14%	0,12%	0,02
PDD / Carteira Total ^{3/}	0,85%	1,15%	(0,30)	0,85%	0,65%	0,20
Índice de Cobertura ^{3/}	6,21	7,65	(144,00)	6,21	5,49	72,00
	2011	2010	Evolução (%)	4T/11	4T/10	Evolução (%)
Retorno s/ Ativos (LL / AT _{med}) ^{4/}	1,65%	2,23%	(0,58)	0,20%	0,89%	(0,69)
Retorno s/ PL (LL / PL _{med}) ^{5/}	23,12%	30,97%	(7,85)	2,92%	12,84%	(9,92)
Retorno s/ Participações Societárias ^{6/}	10,49%	12,73%	(2,24)	2,29%	4,19%	(1,90)

^{1/} Inclui participações em sociedades coligadas, ^{4/} AT_{med} = (AT_{inical} + AT_{final}) / 2, excluindo o AVM de não coligadas não coligadas e outros investimentos.

^{2/} Inclui operações de crédito e repasses ^{5/} PL_{med} = (PL_{inical} + PL_{final}) / 2, excluindo o AVM de não coligadas interfinanceiros.

^{3/} Provisão / Créditos Inadimplentes ^{6/} PS_{med} = (PS_{inical} + PS_{final}) / 2, excluindo o AVM de não coligadas

2) Resultado

O BNDES encerrou o exercício de 2011 com um **lucro líquido** de R\$ 9.048 milhões, uma redução de R\$ 865 milhões (8,7%) diante de 2010. O principal fator que contribuiu para a redução do lucro em 2011 foi a queda de R\$ 2.135 milhões (74,9%) na **receita com provisão para risco de crédito** devido ao resultado de 2010 ter sido positivamente afetado por importantes recuperações de crédito, que totalizaram R\$ 2.286 milhões.

O **produto de intermediação financeira** em 2011 apresentou redução de R\$ 551 milhões (7,8%) devido ao reconhecimento em 2010 de receita extraordinária, no valor de R\$ 522 milhões, referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatária de debêntures, conforme previsto em escritura.

O **resultado de participações societárias** seguiu a queda do lucro líquido em 2011, totalizando em R\$ 6.962 milhões, um aumento de R\$ 803 milhões (13,0%) diante de 2010. Esse crescimento foi impulsionado por:

Eletrabras. Vale ressaltar que a redução do valor justo reflete o momento instável do mercado de capitais e, tendo em vista o caráter de longo prazo desta carteira, não representa uma perda efetiva. Em 31/12/11, a carteira de participações societárias a valor justo do Sistema BNDES superava seu custo de aquisição em R\$ 29.602 milhões (156,0%).

Atenuaram o impacto da desvalorização da carteira o recebimento de ações ON da Petrobras para aumento de capital, no montante de R\$ 6.400 milhões, a conversão de direitos a receber da Eletrabras em ações da companhia, no valor de R\$ 2.314 milhões, e a conversão de debêntures da JBS em ações da companhia, no valor de R\$ 3.478 milhões.

Em relação à **intenção de alienação dos títulos e valores mobiliários por parte da Administração**, do total da carteira líquida de R\$ 156.366 milhões, 80,3% (R\$ 125.562 milhões) encontravam-se classificados na categoria "Disponíveis para Venda", R\$ 18.580 milhões (11,9%) como "Mantidos até o Vencimento", uma vez que o BNDES tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los, e R\$ 11.176 milhões (7,1%) em "Títulos para Negociação". O restante, 0,7% (R\$ 1.048 milhões), é representado por instrumentos financeiros derivativos.

A **carteira de operações de crédito e repasses**, líquida da provisão para risco de crédito, é responsável por 68,1% do Ativo Total em 31/12/11, tendo apresentado aumento de R\$ 63.943 milhões (17,7%) em relação à 31/12/10. Do total da carteira líquida, 51% estão representados por operações de crédito e 49%, por repasses interfinanceiros.

O crescimento da carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, foi impulsionado pelo acréscimo da carteira de operações no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que passou de cerca de R\$ 77 bilhões em 31/12/10 para cerca de R\$ 96 bilhões em 31/12/11, responde em grande parte pelo aumento da carteira.

Conforme Resolução CMN nº 2.682/99, a **carteira de crédito e repasses** do BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31/12/11, do total da carteira, 98,7% estava concentrada nos níveis de risco AA a C, considerados de baixo risco. Os **créditos inadimplentes** somaram R\$ 588 milhões, correspondendo a 0,14% da carteira bruta total, sendo que 80,7% desses créditos não representam riscos para o resultado do BNDES uma vez que já se encontram 100% provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R\$ 3.651 milhões, correspondeu a 6,2 vezes o total dos créditos inadimplentes.

**QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

Classificação de Risco	Sistema BNDES	SFN	Instituições Financeiras Privadas	Instituições Financeiras Públicas
AA - C	98,7%	92,3%	90,8%	94,2%
D - G	1,1%	4,6%	5,6%	3,3%
H	0,2%	3,1%	3,6%	2,5%
TOTAL	100,0%	100,0	100,0	100,0

Quanto à captação de recursos, destacam-se os empréstimos e repasses do **Tesouro Nacional** e do **FAT**, que representavam 49,7% e 23,4% das fontes de recursos em 31/12/11.

A partir do 3º trimestre de 2009, o Tesouro Nacional passou a ser a principal fonte de recursos do BNDES, posição historicamente ocupada pelo FAT, devido ao volume de recursos captados em 2009 (R\$ 105 bilhões) e em 2010 (R\$ 107 bilhões). Em 2011 foram captados R\$ 50,2 bilhões, na forma de títulos públicos, do Tesouro Nacional, dos quais R\$ 45 bilhões amparados pela Lei Nº. 12.453 de 21/7/11, que criou linha de crédito de R\$ 55 bilhões.

Em relação ao **FAT**, destaca-se a captação de R\$ 15.434 milhões em 2011, volume 26,2% superior ao captado em 2010. Do total captado em 2011, R\$ 13.729 milhões são oriundos do **FAT Constitucional** e R\$ 1.705 milhões do **FAT Depósitos Especiais**, cuja amortização do principal é definida nos contratos estabelecidos entre o BNDES e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES possui outras importantes fontes de recursos na composição de seu funding, como:

- Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Fundo PIS-PASEP;
- captações no mercado externo, notadamente mediante empréstimos de organismos multilaterais e emissão de *bonds*;
- emissão de debêntures pela BNDESPAR; e
- operações compromissadas.

Em 31/12/11, essas fontes totalizaram R\$ 77.636 milhões, o equivalente a 12,4% das fontes de recursos do BNDES.

O saldo das **captações externas** apresentou aumento de R\$ 2.671 milhões (13,5%) em 2011 devido aos efeitos da variação cambial e às captações junto a organismos multilaterais, que totalizaram R\$ 1.452 milhões em 2011. Entre as principais instituições internacionais com as quais o BNDES mantém operações estão o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), o China Development Bank (CDB), o Banco de Crédito Alemão para Reconstrução Econômica (KfW), o Banco Nórdico de Investimento (NIB), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID).

A queda de R\$ 5.768 milhões (36,8%) do saldo de tributos diferidos está relacionada com o ajuste a valor justo, negativo em R\$ 22.062 milhões, que reflete a desvalorização de algumas participações societárias, já mencionada. Quando é apurado ajuste negativo no valor justo, há redução proporcional do tributo diferido.

O **Patrimônio Líquido** apresentou redução de R\$ 4.887 milhões (7,4%) devido ao ajuste a valor justo comentado acima, líquido dos efeitos tributários, de R\$ 13.885 milhões negativos. A contra-partida do ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como "Disponíveis para venda" (ações, debêntures e títulos públicos) é a conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido.

Destacques para o aumento de capital, sem emissão de ações, realizado mediante o recebimento de ações ON da Petrobras, no valor de R\$ 6.400 milhões, e o pagamento de Juros s/ Capital Próprio sobre o resultado de 2011, no valor de R\$ 2.135 milhões, que ajudaram a diminuir o efeito negativo mencionado no parágrafo acima.

Em relação aos limites operacionais, o **índice de Basileia** ficou em 20,6% (18,6% em 31/12/10), superior ao nível mínimo exigido pelo Banco Central, de 11%. O BNDES encerrou 2011 enquadrado em todos os limites prudenciais.

III. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES é composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Comitê de Gestão de Riscos, pelos Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos e pela Área de Gestão de Riscos.

Em conformidade com os normativos internos e externos e acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos do BNDES é responsável por:

- Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
- Monitorar os níveis de exposição a riscos;
- Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
- Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
- Disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do BNDES.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo contínuo e evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a proporcionar unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

• Controles Internos

Controles internos são procedimentos presentes em todos os níveis da instituição, desenhados para mitigar riscos e prover razoável segurança de que os objetivos de conformidade, desempenho e informação disponível e confiável sejam atingidos.

Neste contexto, são realizadas atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a avaliação dos riscos e controles internos dos processos de trabalho. Os relatórios contendo as conclusões das avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração. O cumprimento das recomendações às unidades envolvidas é continuamente acompanhado.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, visando esclarecer o papel de cada profissional no Sistema de Controles Internos e reforçar a importância da ética e da transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e da disponibilização de informações relacionadas ao tema na *intranet*, são realizadas palestras para novos funcionários no âmbito da corrente renovação do quadro funcional.

Ao longo de 2011, merecem destaque o desenvolvimento do Projeto Monitoramento Contínuo, cujo objetivo é sistematizar e automatizar as verificações de conformidade, e a instituição da figura do Agente de Conformidade, desempenhada por funcionário que atua na sua respectiva unidade como ponto de contato para assuntos relacionados a controles internos e conformidade.

• Risco Operacional

O risco operacional deriva da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Destaca-se, em 2011, o início do projeto de desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES, com o apoio de consultoria externa, concebido para que a instituição se torne apta a atuar e superar problemas e adversidades.

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais, consta do programa de capacitação de novos funcionários módulo específico sobre o tema. Também estão disponíveis informações sobre riscos operacionais para o público interno na *intranet*.

• Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco decorrente de perdas financeiras potenciais e resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos de operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A unidade responsável pelo gerenciamento do risco de mercado monitora diariamente as parcelas de requerimento de capital relativas ao risco de mercado, resultante das operações constantes na carteira de negociação; e monitora mensalmente o risco de mercado associado às operações constantes na carteira bancária, para compilação dos resultados obtidos tanto nos relatórios gerenciais, divulgados internamente, quanto nos documentos regulatórios destinados ao órgão regulador.

O BNDES também apura os limites gerenciais internos, relacionados aos descasamentos por fator de risco de mercado, oriundos do conjunto de operações das carteiras de negociação e bancária. Os indicadores gerenciais produzidos são compilados no Informe de Gestão de Risco de Mercado, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

O ano de 2011 marcou a conclusão do projeto de implementação do Sistema de Risco destinado ao gerenciamento de risco de mercado, apoiado por consultoria externa.

• Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

O BNDES apura parcela de capital regulamentar para toda a carteira de créditos da instituição e para todos os demais ativos, tais como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas, e envia as informações ao Banco Central, mensalmente. Adicionalmente, o BNDES elabora estimativas próprias para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras.

O BNDES também realiza a apuração de limites regulamentares internos e externos, dentre eles, limites de exposição por cliente e ao setor público, limites setoriais, além de diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, entre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Em 2011, destaca-se o processo de implementação do Sistema de Risco destinado ao gerenciamento de risco de crédito, apoiado por consultoria externa, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2012.

IV. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de governança corporativa no BNDES se baseiam nos princípios da transparência, equidade de tratamento das partes interessadas e prestação de contas. A adoção dessas práticas objetiva otimizar o desempenho do BNDES, protegendo seu acionista único, o Governo Federal, outras partes interessadas (*stakeholders*), como empregados, credores, trabalhadores (através do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, principal fonte de recursos do BNDES), e a sociedade em geral, além de facilitar o acesso ao financiamento de capital.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão de orientação superior, o Conselho de Administração é composto por onze membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente delibera com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições: *i*) opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; *ii*) aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do BNDES e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do BNDES; e *iii*) examinar e aprovar, por proposta do Presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal.

COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme previsão estatutária e em linha com as orientações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), o BNDES conta com um **Comitê de Auditoria**, que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração, a quem deve se reportar. Pode ser composto por até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, estão: *i*) recomendar à administração a auditoria independente a ser contratada; *ii*) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; *iii*) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; *iv*) recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e *v*) elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Os órgãos de administração são obrigados a disponibilizar, por meio de comunicação formal, aos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópia das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

OUVIDORIA

A Ouvidoria atua no pós-atendimento e na mediação de conflitos entre o cidadão e a Instituição, prestando esclarecimentos e procurando estreitar os laços entre o BNDES, seus clientes e o público em geral. Para tanto, estimula iniciativas descentralizadas, voluntárias e efetivas de aprimoramento dos serviços prestados, tornando-se instrumento de inclusão social.

Contribui para o aperfeiçoamento do processo democrático agindo de forma autônoma, imparcial e sigilosa ao interpretar os anseios do cidadão em relação ao BNDES, recebidos por meio de sugestões, denúncias e reclamações e outras manifestações não solucionadas através dos canais de atendimento "Fale Conosco" ou "Atendimento da Área de Operações Indiretas".

O Ouvidor é designado pelo Presidente do BNDES e tem mandato por prazo indeterminado, cessando-se a qualquer tempo por decisão do Presidente.

GESTÃO DA ÉTICA

A Ética é um dos valores do BNDES, ao lado da Excelência, Compromisso com o Desenvolvimento e Espírito Público. O BNDES tem convicção de ter conquistado reconhecimento e respeito junto à sociedade brasileira por valorizar o comportamento ético no exercício de suas atividades.

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES, nos termos do Código de Ética do BNDES e do seu Regimento Interno, além da legislação externa aplicável.

O Código de Ética é o regulamento que orienta o trabalho desenvolvido na gestão da ética, conduzido através da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e aperfeiçoamento de normas e na apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Os membros da CET são designados para exercer um mandato de três anos, renováveis por igual período. Em 2011, houve a recondução de um membro e a indicação de um novo integrante. Nesse processo de renovação foi, também, indicado o novo Presidente da CET/BNDES, pela expiração do mandato do anterior.

Ciente da importância da disseminação de seus valores éticos, o BNDES é membro do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, composto, atualmente, por vinte empresas. O Fórum se dedica a estudar e debater assuntos relacionados à ética, em seus aspectos conceituais, filosóficos, doutrinários, legais e administrativos, compartilhando experiências e fortalecendo a gestão da ética na esfera pública. O BNDES participa das reuniões ordinárias mensais e da organização do Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais.

Em 2011 foi realizado o VII Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, no qual a gestão da ética no BNDES foi apresentada como um dos casos para serem debatidos pelos participantes. Também no âmbito do Fórum, foi realizado um Seminário para tratar do tema Assédio Moral, com a participação prioritária de membros das Comissões de Ética e das Áreas de Recursos Humanos das empresas participantes, sob a condução de Professor da Universidade de Québec, Canadá.

Em 2011, a CET procedeu a abertura de 72 Procedimentos Preliminares (PP), dos quais foram 59 consultas e 13 denúncias. Todas as consultas foram respondidas ou encaminhadas à unidade competente e as denúncias foram apuradas, resultando destas: duas conversões em Processos de Apuração Ética (PAE), três assinaturas de Acordos de Conduta, três encaminhamentos à Ouvidoria, duas Recomendações, uma retratação, uma desistência e uma improcedência. Além da conversão dos dois processos mencionados, é importante registrar que houve a conversão em PAE de um Procedimento Preliminar aberto em 2010, julgado improcedente, e a existência de outro PAE, também aberto em 2010, que se encontra em tramitação.

A seguir, apresenta-se o quadro síntese dos temas abordados nos Procedimentos Preliminares em 2011:

Tema	Ocorrência
Atividades Paralelas/Docência/Conflito de Interesses	30
Desrespeito Profissional e Pessoal/Conflitos	16
Presentes e brindes	11
Valores Mobiliários	06
Outros	09
Total	72

Foram realizadas quatro palestras aos novos empregados a fim de disseminar as diretrizes do Código de Ética e os valores do BNDES e 12 palestras para consolidar os valores éticos do BNDES, com o apoio da Fundação Dom Cabral.

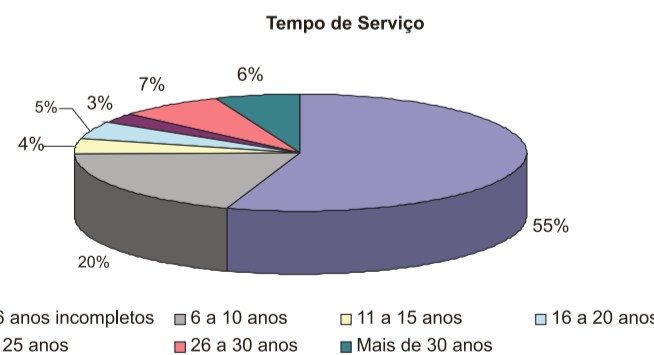
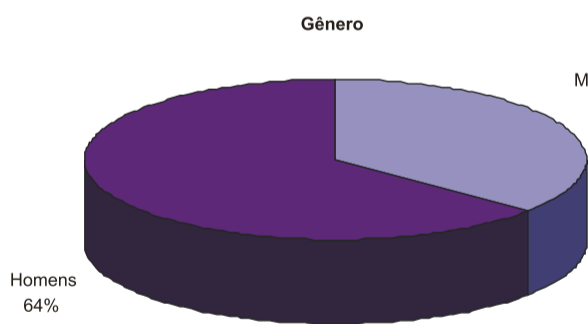
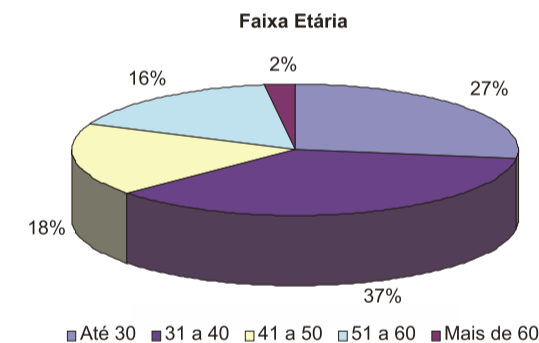
Em 2011 CET realizou 46 Reuniões Ordinárias e uma Reunião Extraordinária. Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET colabora com os Grupos de Trabalho sobre Assédio Moral, Pró-Equidade de Gênero e Responsabilidade Socioambiental.

V. RECURSOS HUMANOS

Em cumprimento à Constituição Federal, o BNDES contrata seus empregados por meio de Seleção Pública. A alteração do quantitativo de seu quadro funcional precisa ser autorizada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. A Portaria nº 9, de abril de 2010, fixou o limite de pessoal do BNDES em 2.840 empregados, sendo complementada pela Portaria nº 16, de abril de 2011, que permitiu a readmissão de 93 empregados sob a condição de anistiados.

O BNDES encerrou 2011 com 2.738 empregados, um aumento de 3,9% em relação ao quantitativo de 31 de dezembro de 2010, de 2.635 empregados.

Em linha com o momento de renovação do quadro funcional, o BNDES continua oferecendo aos empregados que irão se desligar até 2012 o Programa Novos Tempos. A iniciativa, que já atendeu 209 empregados, tem o objetivo de assegurar a transmissão de conhecimento entre novos e antigos empregados, bem como de proporcionar novas opções de vida além do trabalho no BNDES.



Ciente do seu compromisso de estabelecer um ambiente de trabalho que valorize a diversidade humana, é preocupação do BNDES a coerência entre a participação feminina no seu quadro funcional e a ocupação de cargos de confiança. O índice de 37% das funções executivas ocupadas por mulheres é resultado do esforço em reconhecer e indicar empregados para ocuparem funções de confiança, independente de seu gênero. O indicador sugere que o Programa Pró-Equidade de Gênero – coordenado pelo Gabinete da Presidência com objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres – está produzindo bons resultados.

Atuação Social

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de formação e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior. A contratação dos estagiários utiliza um agente de integração, parceiro na administração do Programa.

Os estagiários são contratados através do Termo de Compromisso de Estágio - TCE, formalizado entre o BNDES, o agente de integração, o estudante e a instituição de ensino. O Programa é bastante dinâmico, com processos de contratações semanais e desligamentos diários, durante todo o ano.

O estágio tem duração máxima de 720 dias, considerando-se como data limite o término desse prazo ou a data de conclusão do curso, prevalecendo o que ocorrer primeiro. A carga horária do estágio é de quatro horas diárias corridas, podendo ser reduzida à metade nos períodos de avaliação escolar.

Atualmente, o Programa de Estágio conta com 355 vagas, e bolsa-auxílio de R\$ 1.100,00. O Programa oferece, também, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

O Programa Jovem Aprendiz do BNDES oferece aos adolescentes formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, caracterizada por atividades teóricas e práticas, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil, a falta de experiência profissional.

Os aprendizes são contratados diretamente por empresa terceirizada, responsável por gerir o Programa. A faixa etária é entre maiores de 15 e menores de 18 anos, matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental. O prazo de permanência no programa é de no máximo dois anos. As atividades práticas são desenvolvidas em dois turnos, com jornada de quatro horas diárias, de 2ª a 5ª feira. As atividades teóricas são desenvolvidas em jornada de quatro horas, às 6ª feiras e aos sábados, fora do BNDES.

A remuneração dos aprendizes é de um salário mínimo nacional, assegurados, ainda, os demais direitos trabalhistas e previdenciários. No momento o Programa conta com 44 jovens, distribuídos em 27 postos de trabalho, como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

Desde 2007, quando se iniciou a atividade, 68 aprendizes concluíram o programa e, em levantamento realizado em julho de 2010, 51% estavam empregados e 7% estavam cursando ensino superior.

Gestão Estratégica de Pessoas

A 12ª Orientação Estratégica do BNDES, definida no Planejamento Corporativo 2009-2014, em a seguinte redação: *Valorizar as pessoas, promovendo o conhecimento e a capacidade analítica e operacional do corpo funcional.* Foca nos recursos humanos da instituição, que devem estar envolvidos em um processo permanente de aprendizado e desenvolvimento de competências corporativas e individuais, indispensável ao sucesso de sua atuação.

Ainda no Planejamento Corporativo 2009-2014, foram definidas as diretrizes de Recursos Humanos, tais como:

- Desenvolver as competências corporativas e individuais necessárias ao alcance da Visão do BNDES; e
- Ter como núcleo a Gestão por Competências, estruturada com base nas competências necessárias à demanda por apoio financeiro em suas distintas modalidades e à operacionalização dos processos de trabalho associados.

O ano de 2011 foi marcado pelo início da implantação do Programa de Gestão Estratégica de Pessoas (GEP), baseado em quatro pilares, quais sejam:

- Mapeamento e Avaliação de Competências;
- Gestão da Carreira;
- Avaliação de Desempenho; e
- Educação Corporativa.

Os quatro pilares têm como elo central a Gestão por Competências, mantendo assim o alinhamento pleno da política de RH com as diretrizes do Planejamento Corporativo.

Em 2011 destacaram-se o refinamento do modelo conceitual para Gestão de Carreira e a implantação do primeiro ciclo de pactuação da Agenda do Empregado, quando cada colaborador teve a oportunidade de acordar com o respectivo gestor seu compromisso de desenvolvimento profissional.

Desenvolvimento Profissional

O BNDES possui diversos programas de apoio ao treinamento e desenvolvimento de seu corpo funcional, todos custeados pela Instituição, dentre os quais, vale destacar:

- Programa de Apoio à Pós-graduação, que abrange cursos de *latu e strictu sensu*, no Brasil e no exterior.
- Programa de Idiomas.
- Cursos e Seminários de Curta Duração, no Brasil e no Exterior.
- Cursos *In Company*.

Possui ainda programas especificamente voltados para seus executivos, ministrados tanto no Brasil quanto no Exterior.

O intensivo apoio ao desenvolvimento de seus colaboradores demonstra constante preocupação do BNDES com a aprendizagem contínua de seu corpo funcional. Assim sendo, espera-se que cada colaborador esteja apto a lidar com seus desafios de crescimento profissional, consequentemente contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da organização.

O novo modelo de Gestão Estratégica de Pessoas visa correlacionar ainda mais os planos de desenvolvimento individual de cada empregado aos programas de treinamento. Tal modelo vislumbra a implantação de um amplo programa de Educação Corporativa, em consonância com os processos de Gestão de Competências, Avaliação de Desempenho e Gestão de Carreira.

A preocupação permanente com o aprendizado contínuo de seus colaboradores demonstra a valorização do capital intelectual e humano, visto pelo BNDES como um ativo intangível da maior relevância, notadamente manifestado através do conhecimento aplicado no desenvolvimento do Brasil ao longo de sua existência.

VI. RATING

A Standard & Poor's (S&P) atribuiu ao BNDES o *rating*, na escala global, A- (moeda local) com perspectiva "estável" e BBB (moeda estrangeira) com perspectiva "estável".

A Moody's atribuiu ao BNDES o *rating*, em escala global, A3 (moeda local) com perspectiva "estável" e Baa1 (moeda estrangeira) com perspectiva "positiva".

VII. AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, o BNDES vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

VIII. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/01

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 18.580 milhões, representando 11,9% do total de títulos e valores mobiliários.

IX. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e ao mercado pelo indispensável apoio e confiança.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE		71.630.739	64.145.085	101.847.004	87.949.656
DISPONIBILIDADES		1.178	8.009	5.821	15.897
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	5.365.875	10.113.958	5.365.875	10.113.958
Aplicações em carteira de câmbio	6.1	19.745	1.689.615	19.745	1.689.615
Aplicações em operações compromissadas	6.2	302.703	24.343	302.703	24.343
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.3	5.043.427	8.400.000	5.043.427	8.400.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	18.746.682	10.912.556	19.525.389	13.520.620
Cotas de fundos exclusivos	7.3	814.345	1.825.135	1.310.694	3.965.698
Títulos públicos		17.623.750	8.714.855	17.623.750	8.714.855
Ações e bônus de subscrição	15.1	-	-	132.946	82.144
Debêntures disponíveis para venda	8.1	242.404	369.769	246.311	370.029
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	48.964	1.964	48.964	1.964
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	(234)	-	(234)	-
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	27	17.453	833	17.453	833
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	27	-	-	145.505	385.097
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		20.333.116	19.334.313	47.684.057	38.493.550
Créditos vinculados		28	25	28	25
Repasse interfinanceiros	9	20.371.416	19.404.776	47.859.923	38.670.859
Recursos livres		16.677.423	15.701.790	44.165.930	34.967.873
Recursos PIS/PASEP		3.693.993	3.702.986	3.693.993	3.702.986
Provisão para risco de crédito		(38.328)	(70.488)	(175.894)	(177.334)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9	23.206.646	20.213.924	24.082.488	21.442.578
Operações de crédito		23.406.781	20.518.811	24.407.531	21.835.401
Recursos livres		21.908.082	18.954.611	22.908.832	20.271.201
Recursos PIS/PASEP		617.005	778.353	617.005	778.353
Recursos Fundo da Marinha Mercante		881.694	785.847	881.694	785.847
Provisão para risco de crédito		(200.135)	(304.887)	(325.043)	(392.823)
OUTROS CRÉDITOS		3.393.607	3.277.949	4.599.739	4.077.594
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	226.132	225.272
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(30.399)	(1.766)
Direitos recebíveis	10	81.427	141.210	90.774	209.125
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(31)	(306)	(5.214)	(1.798)
Créditos tributários	22.2	290.569	252.406	369.069	491.818
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	22.1	49.727	160.066	425.131	422.025
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	1.067.723	997.577	1.222.809	725.545
Devedores por depósito em garantia	14	142.136	139.679	573.986	471.148
Direitos a receber - Eletrobrás	13	1.611.218	1.443.486	1.611.218	1.443.486
Diversos	14	150.838	143.831	116.233	92.739
OUTROS VALORES E BENS		583.635	284.376	583.635	285.459
Outros valores e bens		9.624	10.934	9.624	10.934
Despesas antecipadas		574.011	273.442	574.011	274.525
ATIVO NÃO CIRCULANTE		532.067.585	456.709.081	522.979.918	461.070.306
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		443.226.754	364.929.886	505.650.289	449.446.999
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	49.972.399	28.329.367	136.840.647	132.493.071
Ações e bônus de subscrição	15.1	12.052.401	6.756.733	82.294.266	95.909.599
Debêntures disponíveis para venda	8.1	1.258.985	1.935.075	12.097.139	13.694.731
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	2.959.005	2.716.905	5.803.129	3.775.348
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	(3.077)	(2.670)	(67.907)	(3.331)
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.4	-	-	2.124.340	2.022.829
Títulos públicos		33.705.085	16.923.324	33.705.085	16.923.324
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	27	-	-	884.595	170.571
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9	196.608.639	173.449.247	159.697.521	141.743.688
Repasse interfinanceiros		196.979.248	174.081.600	160.412.665	142.650.190
Recursos livres		171.661.271	150.200.231	135.094.688	118.768.821
Recursos PIS/PASEP		25.317.977	23.881.369	25.317.977	23.881.369
Provisão para risco de crédito		(370.609)	(632.353)	(715.144)	(906.502)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		188.368.701	154.113.858	194.054.242	159.895.202
Operações de crédito	9	189.993.200	156.438.360	196.489.583	162.633.480
Recursos livres		180.437.351	148.434.315	186.933.734	154.629.435
Recursos PIS/PASEP		1.367.471	2.051.953	1.367.471	2.051.953
Recursos Fundo Marinha Mercante		8.188.378	5.952.092	8.188.378	5.952.092
Provisão para risco de crédito		(1.624.499)	(2.324.502)	(2.435.341)	(2.738.278)
OUTROS CRÉDITOS		8.277.015	9.037.414	15.057.879	15.315.038
Créditos tributários	22.2	1.972.759	415.720	2.759.437	870.426
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	1.050.750	1.054.650
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(152.937)	(8.491)
Direitos recebíveis	10	936.336	919.105	958.930	2.512.600
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(352)	(1.988)	(12.881)	(36.987)
Créditos perante o Tesouro Nacional	31	3.608.287	1.784.273	7.830.901	3.547.589
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	-	-	660.705	1.183.848
Direitos a receber - Eletrobrás	13	1.611.218	5.728.708	1.611.218	5.728.708
Incentivos fiscais		148.767	191.596	351.756	462.695
INVESTIMENTOS	15	88.684.876	91.639.873	17.173.674	11.483.985
Participações em controladas e coligadas	15.2	88.542.679	91.496.545	17.031.477	11.340.657
Participações em outras empresas	15.2	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	15.2	42.197	43.328	42.197	43.328
IMOBILIZADO DE USO		115.136	98.488	115.136	98.488
INTANGÍVEL		40.819	40.834	40.819	40.834
TOTAL DO ATIVO		<u>603.698.324</u>	<u>520.854.166</u>	<u>624.826.922</u>	<u>549.019.962</u>

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE		22.315.793	13.394.568	23.813.333	17.083.009
DEPÓSITOS		269	269	311	269
CAPTAÇÕES NO MERCADO		7.808.271	-	7.808.271	-
Obrigações por operações compromissadas	17	7.808.271	-	7.808.271	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		477	10.025	477	10.025
Recursos em trânsito de terceiros		477	10.025	477	10.025
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	20	602.413	548.183	777.060	854.407
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	19	4.330.806	5.126.130	4.328.898	6.693.525
Empréstimos no país	19.1	370.538	362.147	370.538	362.147
Empréstimos no exterior	19.1	95.062	585.571	95.062	585.571
Empréstimos sindicalizados		1.994	-	1.994	-
Bônus		93.068	585.571	93.068	585.571
Repasse no país		2.758.320	3.342.124	2.756.412	4.909.519
Tesouro Nacional	19.1	1.872.204	1.676.679	1.872.204	4.116.754
Controladas	19.1	1.908	872.680	-	-
Fundo da Marinha Mercante	19.1	878.471	787.689	878.471	787.689
Outros		5.737	5.076	5.737	5.076
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	19.1	1.106.886	836.288	1.106.886	836.288
OUTRAS OBRIGAÇÕES		5.333.582	4.041.939	6.658.341	5.856.761
Fundos financeiros e de desenvolvimento		3.126.571	2.423.581	3.131.295	2.429.549
Fundo PIS/PASEP	16	2.125.771	1.850.716	2.125.771	1.850.716
Outros		1.000.800	572.865	1.005.524	578.833
Impostos e contribuições sobre o lucro	22.1	721.861	-	1.204.609	551.960
Outros impostos e contribuições		75.116	59.676	125.533	110.111
Credores vinculados a liquidação de operação		-	-	81.164	96.265
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		84.027	-	84.027	-
Provisões trabalhistas e cíveis	23	1.262	1.229	1.265	7.059
Contas a pagar - FAPES	28	25.093	21.634	33.484	28.875
Vinculadas ao Tesouro Nacional	31	7.754	6.523	131.312	128.862
Provisão para programa de desligamento de funcionários	30	48.067	30.535	70.954	42.690
Impostos e contribuições diferidos	22.2	48.834	41.771	94.036	58.189
Passivo atuarial - FAMS	28	11.471	10.839	17.951	16.308
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	27	12.591	119.223	12.591	119.223
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	27	-	-	96.338	483.569
Obrigações por depósitos a apropriar		759.070	881.923	759.070	881.923
Diversas		411.865	445.005	814.712	902.178
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	32	799.853	682.551	799.853	682.551
Secretaria do Tesouro Nacional		799.853	682.551	799.853	682.551
DÍVIDAS SUBORDINADAS		3.440.122	2.985.471	3.440.122	2.985.471
FAT constitucional	18.1	3.440.122	2.985.471	3.440.122	2.985.471
Outras dívidas subordinadas		3.440.122	2.985.471	3.440.122	2.985.471
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		520.370.106	441.560.333	540.001.164	466.037.688
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		21.046.590	21.573.637	21.046.590	

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)**

	Nota Explicativa	BNDES			Consolidado		
		2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010	2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		28.451.053	40.733.716	28.028.442	30.226.396	44.079.108	31.238.858
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		11.340.694	21.777.001	17.958.566	10.920.919	21.106.005	18.366.606
. Moeda estrangeira		12.647.443	10.845.359	1.155.291	12.672.819	10.923.661	1.232.662
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		3.115.996	5.646.570	7.049.941	3.918.883	6.965.974	8.373.959
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.144.183	2.120.932	1.364.791	2.510.901	4.739.569	2.761.538
Rendas com administração de fundos e programas		202.737	343.854	499.853	202.881	343.899	499.813
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		-	-	-	-	-	4.280
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(24.564.415)	(33.527.373)	(18.541.303)	(26.627.122)	(36.873.404)	(21.348.134)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(12.606.141)	(23.943.688)	(19.989.806)	(14.004.250)	(26.728.405)	(22.616.022)
. Moeda estrangeira		(12.601.155)	(10.183.073)	(416.348)	(12.600.081)	(10.181.999)	(416.679)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros		111.957	(691.072)	(1.148.053)	111.957	(691.072)	(1.148.053)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(690)	(1.324)	(4.157)	(8.337)	(8.971)	(4.157)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	26	522.026	1.272.216	3.032.062	(135.999)	717.475	2.851.778
Resultado da carteira de câmbio		9.588	19.568	(15.001)	9.588	19.568	(15.001)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.886.638	7.206.343	9.487.139	3.599.274	7.205.704	9.890.724
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		244.826	3.276.822	2.930.683	1.230.790	4.857.837	4.468.210
Resultado com equivalência patrimonial	15	827.187	4.085.319	4.054.643	500.180	1.213.236	439.349
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		2.810	3.457	(38.465)	257.583	488.058	107.386
Amortização de ágio		-	-	-	-	-	(29.793)
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	(75.490)	-	4.562	(126.158)	(144.395)
Receita de dividendos		-	-	-	605.122	1.225.978	635.639
Receita de juros sobre o capital próprio		159.002	557.693	74.882	1.496.044	2.943.216	1.667.902
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	10.729	-	149.350	1.730.659	3.238.442
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	-	(353.748)	(23.486)	351.346
Outras rendas sobre participações societárias		-	-	-	(1.131)	(1.475)	(2)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(38.700)	(43.901)	22.536	(46.948)	(65.495)	26.436
Despesas tributárias		(188.552)	(351.076)	(381.331)	(345.306)	(653.161)	(592.512)
Despesas com pessoal		(381.357)	(656.555)	(656.436)	(598.263)	(1.029.714)	(976.985)
Despesas administrativas		(179.583)	(307.465)	(211.412)	(268.055)	(463.323)	(306.629)
Outras receitas operacionais		285.563	563.560	489.985	108.858	187.097	531.317
Outras despesas operacionais		(241.544)	(509.449)	(423.719)	(277.458)	(567.595)	(479.291)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		4.131.464	10.483.165	12.417.822	4.830.064	12.063.541	14.358.934
Imposto de renda	22	(214.323)	(807.193)	(1.516.709)	(582.750)	(1.647.454)	(2.622.985)
Contribuição social	22	(139.389)	(499.449)	(925.493)	(315.302)	(859.228)	(1.384.089)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	22	67.496	(52.081)	44.438	(43.729)	(389.382)	(279.231)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		3.845.248	9.124.442	10.020.058	3.888.283	9.167.477	10.072.629
Participação dos empregados no lucro		(76.508)	(76.508)	(106.736)	(119.543)	(119.543)	(159.307)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		<u>3.768.740</u>	<u>9.047.934</u>	<u>9.913.322</u>	<u>3.768.740</u>	<u>9.047.934</u>	<u>9.913.322</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO (R\$ / AÇÃO)		<u>0.600719</u>	<u>1.442198</u>	<u>1.580137</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)**

	Capital Social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de julho de 2011	29.557.415	6.400.000	843.997	61.215	1.442.602	497.484	(1.235.577)	22.519.702	5.279.194	65.366.032
Aumento de capital (Nota 24)	-	383.092	-	-	-	-	-	-	-	383.092
Reversão de Reserva de margem operacional (Nota 24)	-	-	-	-	-	(497.484)	-	-	497.484	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(497.484)	(497.484)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(448.737)	(5.423.838)	-	(5.872.575)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	3.768.740	3.768.740
Destinação do Resultado (Nota 24):										
. Reserva legal	-	-	452.397	-	-	-	-	-	(452.397)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	54.021	-	-	-	-	(54.021)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.135.380)	(2.135.380)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.281.227	-	-	-	(1.281.227)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	5.124.909	-	-	(5.124.909)	-
Em 31 de dezembro de 2011	<u>29.557.415</u>	<u>6.783.092</u>	<u>1.296.394</u>	<u>115.236</u>	<u>2.723.829</u>	<u>5.124.909</u>	<u>(1.684.314)</u>	<u>17.095.864</u>	<u>-</u>	<u>61.012.425</u>
Mutações no semestre	-	383.092	452.397	54.021	1.281.227	427.425	(448.737)	(5.423.838)	(5.279.194)	(4.353.607)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)**

	Capital Social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2011	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Aumento de capital (Nota 24)	-	6.783.092	-	-	-	-	-	-	-	6.783.092
Reversão de Reserva de margem operacional (Nota 24)	-	-	-	-	-	(4.697.484)	-	-	4.697.484	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.697.484)	(4.697.484)
Antecipação de Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.777.503)	(12.107.499)	-	(13.885.002)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.047.934	9.047.934
Destinação do Resultado (Nota 24):										
. Reserva legal	-	-	452.397	-	-	-	-	-	(452.397)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	54.021	-	-	-	-	(54.021)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.135.380)	(2.135.380)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.281.227	-	-	-	(1.281.227)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	5.124.909	-	-	(5.124.909)	-
Em 31 de dezembro de 2011	<u>29.557.415</u>	<u>6.783.092</u>	<u>1.296.394</u>	<u>115.236</u>	<u>2.723.829</u>	<u>5.124.909</u>	<u>(1.684.314)</u>	<u>17.095.864</u>	<u>-</u>	<u>61.012.425</u>
Mutações no exercício	-	6.783.092	452.397	54.021	1.281.227	427.425	(1.777.503)	(12.107.499)	-	(4.886.840)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva de capital Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2010	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital	9.296.534	(106.631)	(1.182.918)	(58.678)	(748.307)	-	-	-	-	7.200.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(3.814.428)	-	-	4.768.035	-
Dividendos complementares (Nota 24)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.768.035)	(4.768.035)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 24)	-	-	-	-	-	-	(16.274)	29.188.020	-	29.171.746
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.913.322	9.913.322
Destinação do Resultado (Nota 24):										
. Remuneração ao Acionista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
. Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
. Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	<u>29.557.415</u>	<u>-</u>	<u>843.997</u>	<u>61.215</u>	<u>1.442.602</u>	<u>4.697.484</u>	<u>93.189</u>	<u>29.203.363</u>	<u>-</u>	<u>65.899.265</u>
Mutações no exercício	9.296.534	(106.631)	(675.679)	(38.493)	(259.312)	883.056	(16.274)	29.188.020	-	38.271.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)**

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010	2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Atividades operacionais						
Lucro líquido do semestre/exercício	3.768.740	9.047.934	9.913.322	3.768.740	9.047.934	9.913.322
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(776.330)	(3.391.255)	(4.250.194)	1.197.372	1.974.764	1.034.773
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(522.026)	(1.272.216)	(3.032.062)	135.999	(717.475)	(2.851.778)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	38.700	43.901	(22.536)	46.948	65.495	(26.436)
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	75.490	(4.562)	(4.562)	126.158	144.395
Resultado de participações em coligadas e controladas	(827.187)	(4.085.319)	(4.054.643)	(500.180)	(1.213.236)	(439.349)
Resultado na venda de investimento	-	-	-	-	-	(1.056.349)
Ajuste a valor justo na permuta de ações	-	-	-	-	(357.295)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(4.481)	-
Depreciação	10.432	19.414	14.689	16.301	30.335	21.924
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	29.793
Realização (constituição) líquida de provisão para IR e CSLL corrente e diferido	286.216	1.358.723	2.397.764	941.781	2.896.064	4.286.305
Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures	237.535	468.752	446.594	561.085	1.149.199	926.268
Varição de ativos e obrigações	(5.041.388)	(23.163.068)	(6.236.275)	(7.466.912)	(25.067.084)	(14.991.291)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(41.613.295)	(60.092.903)	(80.675.926)	(49.412.143)	(63.049.696)	(75.245.389)
. Aumento líquido em títulos e valores mobiliários	7.438.746	(28.016.610)	(2.524.519)	6.378.501	(30.493.278)	(19.040.919)
. (Aumento) / Diminuição líquida nas demais contas do ativo	(1.472.342)	139.268	(2.597.226)	(4.787.298)	(3.783.669)	(13.995.580)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	29.556.756	67.388.645	121.794.351	36.162.162	74.177.889	123.116.295
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	345.430	541.282	845.100	345.430	541.282	845.100
. Diminuição líquida nas obrigações por operações compromissadas	7.808.271	7.808.271	(13.740.763)	7.808.271	7.808.271	(13.740.763)
. Aumento / (Diminuição) líquida nas demais contas do passivo	295.792	1.366.730	(16.639.060)	1.132.314	1.805.795	(2.841.709)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(7.174.491)	(11.797.472)	(10.542.640)	(4.622.981)	(10.834.641)	(9.474.089)
. IR e CSLL pagos	(226.255)	(500.279)	(2.155.592)	(471.168)	(1.239.037)	(4.614.237)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(2.048.978)	(17.506.389)	(573.147)	(2.500.800)	(14.044.386)	(4.043.196)
Atividades de investimentos						
. Adições ao imobilizado	(20.977)	(36.914)	(19.105)	(20.977)	(36.914)	(19.105)
. Adições ao intangível	(7.330)	(10.053)	(33.767)	(7.330)	(10.053)	(33.767)
. Compra de investimentos	-	-	(100.128)	(82.813)	(720.406)	(133.556)
. Venda de investimentos	-	-	-	3.601	15.882	1.565.129
. Recebimento de dividendos de coligadas	-	4.056.098	965.961	217.623	553.175	495.108
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(28.307)	4.009.131	812.961	110.104	(198.316)	1.873.809
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	6.992.767	14.529.058	11.163.252	6.992.767	14.529.058	11.163.252
. Pagamento de dividendos	(2.549.908)	(5.878.686)	(2.548.925)	(2.549.908)	(5.878.686)	(2.548.925)
. Emissão de debêntures	-	-	-	-	-	2.025.000
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(464.724)	(918.818)	(679.460)	(532.107)	(1.820.833)	(783.616)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.978.135	7.731.554	7.934.867	3.910.752	6.829.539	9.855.711
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.900.850	(5.765.704)	8.174.681	1.520.056	(7.413.163)	7.686.324
Modificação na posição financeira						
Início do semestre/exercício	4.280.548	11.947.102	3.772.421	5.162.334	14.095.553	6.409.229
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	4.280.548	11.947.102	3.772.421	5.162.334	14.095.553	6.409.229
Final do semestre/exercício	6.181.398	6.181.398	11.947.102	6.682.390	6.682.390	14.095.553
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	6.181.398	6.181.398	11.947.102	6.682.390	6.682.390	14.095.553
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.900.850	(5.765.704)	8.174.681	1.520.056	(7.413.163)	7.686.324

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimentos exclusivos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)**

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010	2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010
RECEITAS	29.261.452	42.583.678	31.512.024	29.993.726	46.689.378	37.529.776
Intermediação financeira	28.451.053	40.733.716	28.028.442	30.226.396	44.079.108	30.908.241
Outras receitas	288.373	577.746	451.520	(96.671)	1.892.795	3.769.757
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	522.026	1.272.216	3.032.062	(135.999)	717.475	2.851.778
DESPESAS	25.366.685	35.352.939	21.974.548	26.557.946	37.735.911	23.893.211
Intermediação financeira	25.086.441	34.799.589	21.573.365	26.491.123	37.590.879	23.517.949
Outras despesas	280.244	553.350	401.183	66.823	145.032	375.262
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	136.923	306.485	166.935	198.194	472.552	386.474
Materiais, energia e outros	15.522	23.543	25.448	23.240	35.223	37.456
Serviços de terceiros	121.401	207.452	141.487	179.516	311.171	204.623
Perda de valores ativos	-	75.490	-	(4.562)	126.158	144.395
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.757.844	6.924.254	9.370.541	3.237.586	8.480.915	13.250.091
RETENÇÕES	10.432	19.414	14.689	16.301	30.335	21.924
Depreciação	10.432	19.414	14.689	16.301	30.335	21.924
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	3.747.412	6.904.840	9.355.852	3.221.285	8.450.580	13.228.167
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	986.189	4.643.012	4.129.525	2.601.346	5.382.430	2.742.890
Resultado de equivalência patrimonial	827.187	4.085.319	4.054.643	500.180	1.213.236	439.349
Dividendos e juros sobre capital próprio	159.002	557.693	74.882	2.101.166	4.169.194	2.303.541
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.733.601	11.547.852	13.485.377	5.822.631	13.833.010	15.971.057
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.733.601	11.547.852	13.485.377	5.822.631	13.833.010	15.971.057
Pessoal e encargos	327.257	565.747	567.245	512.375	885.271	842.031
- Remuneração direta	221.701	403.920	395.820	344.862	628.131	585.577
- Benefícios	75.965	109.205	121.505	121.277	174.918	181.948
- FGTS	24.419	42.552	40.119	38.155	66.487	59.879
- Outros	5.172	10.070	9.801	8.081	15.735	14.627
Impostos, taxas e contribuições	532.073	1.806.561	2.873.617	1.376.625	3.700.415	5.019.894
- Federais	528.590	1.796.673	2.864.991	1.373.107	3.687.964	5.008.936
- Municipais	3.483	9.888	8.626	3.518	12.451	10.958
Aluguéis	29.023	51.102	24.457	45.348	79.847	36.503
Participação dos empregados nos lucros	76.508	76.508	106.736	119.543	119.543	159.307
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.135.380	2.135.380	3.477.261	2.135.380	2.135.380	3.477.261
Lucros retidos	1.633.360	6.912.554	6.436.061	1.633.360	6.912.554	6.436.061

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Fernando Damata Pimentel - Presidente
Luciano Galvão Coutinho - Vice-Presidente
Mauro Borges Lemos
Carlos Roberto Lupi
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Artur Henrique da Silva Santos
Roberto Atíla Amaral Vieira
Oriando Pessuti
Miriam Aparecida Belchior
Márcio Holland de Brito

CONSELHO FISCAL:

Carlos Eduardo Esteves Lima
Paulo Fontoura Valle
Clayton Campanhola
Raul Lycurgo Leite - Suplente
Eduardo Coutinho Guerra - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

João Paulo dos Reis Velloso
Atílio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA:

Luciano Galvão Coutinho - Presidente
João Carlos Ferraz - Vice-Presidente
Elvio Lima Gaspar
Julio César Maciel Ramundo
Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva
Luiz Fernando Linck Dorneles
Maurício Borges Lemos
Roberto Zurli Machado

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

Selmo Aronovich

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 31 de dezembro de 2011, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, individual e consolidada, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração não é obrigatória para o Banco, sendo uma informação suplementar, a qual foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

PARECER N.º 01 / 2012 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2011 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de 18/2/11, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31/12/11, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e com a Circular 2.990, de 28/6/2000, expedida pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro do exercício (R\$ 9.047.933.719,68) já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

- a) 5%, correspondentes a R\$ 452.396.685,98 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- b) R\$ 54.021.589,40 (cinquenta e quatro milhões, vinte e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), correspondentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício, para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais;

- c) 25% após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 2.135.378.861,07 (dois bilhões, cento e trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e sete centavos), dos quais R\$ 2.051.351.978,93 (dois bilhões, cinquenta e um milhões, trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos) foram pagos na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP ao longo do exercício de 2011;
- d) 15% após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 1.281.227.316,64 (um bilhão, duzentos e oitenta e um milhões, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital; e
- e) R\$ 5.124.909.266,59 (cinco bilhões, cento e vinte e quatro milhões, novecentos e nove mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro do exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de fevereiro de 2012.

Clayton Campanhola
Carlos Eduardo Esteves Lima
Paulo Fontoura Valle

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o caput do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2011, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias tratadas destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, para as quais foi criada uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como há um Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretária executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à migração da contabilidade para as normas internacionais, *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes; e
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), para analisar e discutir os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), como quando da análise das demonstrações do primeiro semestre e do exercício de 2011.

As demonstrações da BNDESPAR e do consolidado do Sistema BNDES, a partir do exercício de 2010, inclusive, passam a ser apresentadas segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias, que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, registrados em conta de Títulos e Valores Mobiliários e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo. Essa mudança, no critério de contabilização, acarretou uma grande majoração no valor da carteira, no exercício de sua adoção, e irá implicar em oscilações provavelmente menores, embora eventualmente significativas, nos exercícios seguintes.

Assim é que, no exercício de 2010, quando da adoção do IFRS, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ao ser contabilizada pela primeira vez pelo valor justo, teve um acréscimo bruto de R\$ 43,3 bilhões, equivalente a 82% do valor anterior da carteira. Na ocasião, o impacto líquido no Patrimônio Líquido, descontada a provisão para o Imposto de Renda a ser pago quando da monetização desses ativos, foi uma majoração de R\$ 29,4 bilhões.

Por outro lado, a partir do exercício de 2011, o valor dessa carteira, com destaque para as ações da Petrobrás e da Vale, estará sujeito a oscilações em sua contabilização, com reflexos no Patrimônio Líquido. Em 2011, por exemplo, os ajustes da carteira, em função da cotação dos papéis no dia do fechamento das Demonstrações Financeiras, acarretaram em uma redução de R\$ 13,9 bilhões no Patrimônio Líquido.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 98,7% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 92,3% no Sistema Financeiro Nacional. Em 2011 foram contratados financiamento de recursos oriundos do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 60,3 bilhões, que vêm se somar aos R\$ 204,7 bilhões, originários da mesma fonte, que ingressaram em 2009 e 2010.

Está em curso um aumento de capital, por parte da União, no valor de R\$ 6,8 bilhões, a serem integralizados com ações da Petrobrás.

Foram pagos dividendos e juros sobre capital próprio, para a União, no valor de R\$ 6,9 bilhões.

O lucro líquido no exercício foi de R\$ 9,0 bilhões, contra R\$ 9,9 bilhões em 2010. De se destacar, no entanto, que em 2010 ocorreu um evento não recorrente, de grande magnitude, que foi a recuperação de crédito da Southern Eletic, no valor de R\$ 2,1 bilhões.

A carteira de participações, que teve expressiva recuperação, após a crise financeira que se iniciou no segundo semestre de 2008, continua responsável por significativa parcela do resultado do Sistema. Em 2011 esse resultado foi de R\$ 7,0 bilhões, contra R\$ 6,2 bilhões em 2010 e R\$ 4,0 bilhões em 2009.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se confortavelmente enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basileia de 20,6%, quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 0,6%, quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 16,3% contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 0,4%, sendo que o limite máximo é 50%.

O parecer da Deloitte, referente ao exercício de 2011, foi emitido sem ressalvas e atesta que as demonstrações financeiras do BNDES, de suas subsidiárias e dos fundos por ele administrados foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012.

João Paulo dos Reis Velloso
Coordenador

Atilio Guaspari
Membro

Paulo Roberto Vales de Souza
Membro

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras anuais da BNDES Participações S.A. relativas exercício findo em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e, quando aplicável, em consonância com as normas seguidas pelo seu acionista controlador, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

I. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A conjuntura econômica internacional mudou abruptamente ao longo de 2011. Enquanto a desaceleração observada no 1º semestre era creditada a alguns fatores transitórios - como a alta das commodities agrícolas, alta dos preços do petróleo em função da crise política no Oriente Médio ("Primavera Árabe"), terremoto no Japão, o debate sobre o teto do endividamento público norte-americano e a crise das dívidas soberanas na periferia da Zona do Euro - no 2º semestre, devido a sua sincronização e disseminação, ela ganhou contornos permanentes.

A crise europeia atingiu estágio mais dramático, tanto em função de seu contágio para países centrais (sendo caso mais emblemático o da Itália), quanto pela ausência de coordenação e liderança política na resolução da crise. A desaceleração da atividade econômica atingiu, inclusive, os mercados emergentes por canais já conhecidos - queda de preços das commodities, redução das exportações e piora das condições de crédito.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2011, ficou caracterizado pela desaceleração da atividade econômica. Os dados disponíveis até o momento, restritos ao 3T/11, mostraram que o nível de atividade apresentou estagnação na passagem do 2T/11 para o 3T/11, livre de influências sazonais. Com isso, a taxa de crescimento acumulada do PIB nos últimos 12 meses (até o 3T/11) foi de 3,7%. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, e desacelerou de 11,5% para 7,0% entre o 2T/11 e o 3T/11, nessa mesma base de comparação. O consumo das famílias, com crescimento de 5,4% no mesmo período, também apresentou sinais de desaceleração na margem.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 49,4 bilhões (2,05% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente inferior ao observado no mesmo período de 2010 (2,38% do PIB em 12 meses). A balança comercial registrou superávit de US\$ 31,4 bilhões, enquanto o somatório das contas de serviços e rendas tiveram déficit da ordem de US\$ 83,7 bilhões. Na conta de serviços, destaque para os déficits nas rubricas de aluguel de equipamentos e gastos com cartão de crédito e turismo em viagens internacionais. Na conta de rendas, as remessas de lucros e dividendos advindos de IED (investimentos externos diretos) foram preponderantes US\$ 30 bilhões. A conta capital e financeira registrou saldo positivo de US\$ 110 bilhões, liderados, fundamentalmente, pelos ingressos de capitais para realização de IED, cujo total líquido atingiu US\$ 82,2 bilhões. Os investimentos estrangeiros em carteira somaram US\$ 21 bilhões, enquanto derivativos e demais investimentos atingiram US\$ 5,3 bilhões.

No que diz respeito à inflação, o IPCA, depois de atingir um pico de 7,3% no acumulado em 12 meses em setembro, desacelerou no último trimestre, fechando o ano com variação de 6,5%. Esse resultado é condizente com o teto da meta de inflação. Os preços dos alimentos, os grandes vilões em 2010, continuaram com participação elevada em 2011 (contribuição de 1,7 p.p.), mas inferior aos componentes de preços administrados e serviços. Esta última categoria foi a que apresentou a maior contribuição ao IPCA em 2011, 2,2 p.p.. Destacou-se ainda a alta contribuição dos administrados ao IPCA de 2011, de 1,8 p.p., o dobro daquela verificada em 2010. Os preços industriais fecharam em patamar praticamente equivalente ao de 2010, com contribuição de 0,8 p.p. para o IPCA. O maior preço do álcool, que elevou a inflação dos bens semi e não duráveis de 5% em 2010 para 6,6% em 2011, foi quase totalmente compensado pela menor inflação dos bens duráveis (-1,3%, ante 1% em 2010), fruto de isenção fiscal (corte de IPI) e do aumento da concorrência com bens importados.

Para 2012, a despeito do cenário internacional adverso, espera-se que a economia brasileira acelere seu ritmo de crescimento, atingindo algo entre 3,5% e 3,8%, amparada pela demanda doméstica. O reajuste de 14% do salário mínimo associado à expansão das operações de crédito a pessoa física, tende a manter o consumo das famílias em ritmo sustentável. A aceleração dos investimentos públicos em infraestrutura também serão vetores importantes para o crescimento em 2012.

II. A EMPRESA

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1974, subsidiária integral do BNDES. Sua atuação é pautada pelas diretrizes estratégicas do Sistema BNDES e visa apoiar os processos de capitalização, desenvolvimento, consolidação e internacionalização de empresas nacionais, e o reforço de suas estruturas de capital, induzindo a adoção das melhores práticas de sustentabilidade, o fortalecimento da capacidade inovadora e da governança empresarial. Esta atuação concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório.

Outro importante aspecto da sua atuação diz respeito ao fortalecimento e à modernização do mercado de capitais brasileiro, por meio do acréscimo da oferta de valores mobiliários, do desenvolvimento de produtos atrativos e seguros para os investidores e da democratização da propriedade do capital de empresas, com a pulverização das participações acionárias.

Visando a possibilidade de negociar títulos de sua emissão em mercado, desde 1998 a BNDESPAR possui registro de empresa aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Desde 2001 as atividades operacionais da BNDESPAR estão totalmente integradas ao BNDES, sendo executadas principalmente por meio da Área de Mercado de Capitais (AMC) e da Área de Capital Empreendedor (ACE). Estas áreas reúnem profissionais especializados na análise de investimento e desinvestimento em ações, debêntures e fundos.

AMC concentra as atividades de investimento, desinvestimento e acompanhamento da carteira de renda variável relacionada a grandes empresas, enquanto a ACE responde pelas atividades de renda variável relacionadas a operações diretas com pequenas e médias empresas e operações indiretas por meio de fundos fechados de investimentos. Esta segregação tem como objetivo intensificar as operações da BNDESPAR e melhor administrar os seus ativos.

III. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/11

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2011	2010	Evolução %	4T/11	4T/10	Evolução %
Resultado com Participações Societárias (RPS)	6.455	5.860	10,2	1.488	1.249	19,1
Resultado com Operações Financeiras	(286)	(276)	3,6	69	134	(48,5)
Outras despesas operacionais, líquidas	(610)	(380)	60,5	(207)	(189)	9,5
Tributação sobre o Lucro	(1.219)	(1.489)	(18,1)	(374)	(323)	15,8
Lucro Líquido (LL)	4.308	3.669	17,4	944	825	14,4
Resultado líquido da marcação a valor justo das debêntures e dos derivativos ligados a participações acionárias	2011	2010	Evolução %	4T/11	4T/10	Evolução %
Resultado com Participações Societárias (RPS)	6.478	5.509	17,6	1.264	1.665	(24,1)
Tributação sobre o Lucro	(1.227)	(1.370)	(10,4)	(298)	(464)	(35,9)
Lucro Líquido (LL)	4.323	3.437	25,8	796	1.100	(27,6)
Balanço Patrimonial	DEZ/11	DEZ/10	Evolução %	DEZ/11	SET/11	Evolução %
Ativo Total (AT)	110.658	125.823	(12,1)	110.658	105.073	5,3
Caixa e equivalente de caixa	218	1.126	(80,6)	218	608	(64,1)
Títulos e Valores Mobiliários ^{1/}	15.935	15.397	3,5	15.935	15.042	5,9
Outros Créditos	4.811	6.410	(24,9)	4.811	4.485	7,3
Participações Societárias ^{2/} (PS)	89.694	102.890	(12,8)	89.694	84.938	5,6
Obrigações por emissão de debêntures	5.778	6.000	(3,7)	5.778	5.604	3,1
Obrigações por empréstimos	11.634	14.276	(18,5)	11.634	17.616	(34,0)
Outras Obrigações	12.475	19.045	(34,5)	12.475	10.014	24,6
Patrimônio Líquido (PL)	80.771	86.502	(6,6)	80.771	71.839	12,4
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	2011	2010	4T/11	4T/10		
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT)	72,99%	68,75%	72,99%	68,75%		
Retorno s/ Ativos (LL / AT _{médio}) ^{3/}	5,18%	5,34%	1,12%	1,03%		
Retorno s/ PL (LL / PL _{médio}) ^{4/}	7,13%	7,66%	1,56%	1,67%		
Result. de Partic. Societ. / Participações Societárias (RPS / PS _{médio}) ^{5/}	10,56%	12,32%	2,35%	2,14%		

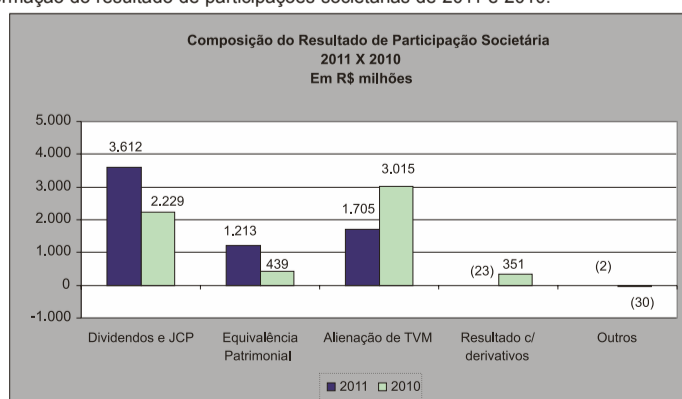
^{1/} Sem o total de participações em não coligadas
^{2/} Inclui participações em coligadas (investimentos) e não coligadas (TVM)
^{3/} AT_{médio} = (AT inicial + AT final) / 2, excluindo AVM de não coligadas.
^{4/} PL_{médio} = (PL inicial + PL final) / 2, excluindo AVM de não coligadas.
^{5/} PS_{médio} = (PS inicial + PS final) / 2, excluindo AVM de não coligadas

RESULTADO

A BNDESPAR apurou lucro líquido de R\$ 4.308 milhões no exercício de 2011, o que representa um aumento de R\$ 639 milhões (17,4%) em relação ao exercício de 2010. Na formação deste resultado destaca-se o acréscimo de R\$ 595 milhões (10,2%) do resultado de participações societárias. Este e outros serão apresentados com mais detalhes na análise do resultado a seguir.

Resultado de Participações Societárias

A composição do resultado com participações societárias está demonstrada no gráfico a seguir. Observa-se que a receita de dividendos e JCP, o resultado com alienação de TVM e o resultado com equivalência patrimonial formam os valores que mais contribuíram para a formação do resultado de participações societárias de 2011 e 2010.



▲ A receita com dividendos e juros sobre capital próprio apresentou crescimento de R\$ 1.383 milhões (62,0%), com destaque para Petrobrás e Vale que juntas contribuíram com uma receita de R\$ 2.447 milhões. Cabe ressaltar que estas empresas também foram destaques em 2010, além da Valepar e Light.

▲ O resultado de equivalência patrimonial aumentou R\$ 774 milhões (176,3%), com destaque para os resultados nas coligadas Brasileira (R\$ 761 milhões positivos) e COPEL (R\$ 311 milhões positivos).

▼ O resultado com alienações de TVM apresentou decréscimo de R\$ 1.310 milhões, por conta da instabilidade do mercado de capitais, notadamente no 2S/11.

Historicamente, o resultado com alienações reflete a estratégia de giro da carteira de investimentos da BNDESPAR, constituindo um meio importante de assegurar que novos investimentos recebam atenção e recursos suficientes, assim como contribui para aumentar a liquidez do mercado brasileiro de capitais. As operações de desinvestimento visam

contribuir com o orçamento de investimentos do Sistema BNDES, aproveitando as oportunidades do mercado e o tempo de maturação dos investimentos em carteira.

- ▼ O resultado com derivativos que apresentou redução de R\$ 374 milhões (106,6%), reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais são divididos em dois grupos: derivativos isolados vinculados a participações societárias e derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

Resultado de Operações Financeiras

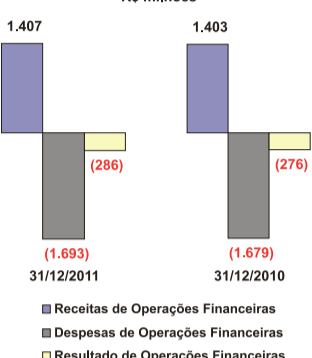
O resultado de operações financeiras da BNDESPAR em 2011 foi negativo em R\$ 286 milhões, praticamente estável em relação ao resultado negativo de R\$ 276 milhões apurados em 2010.

As receitas de operações financeiras são compostas pela remuneração de títulos e valores mobiliários, com destaque para debêntures e recursos disponíveis aplicados, pela remuneração da carteira de venda de ações a prazo, dos créditos contra o BNDES, pela remuneração dos fundos de investimento e pela receita de comissões e prêmios.

As despesas financeiras representam os encargos financeiros oriundos dos empréstimos contraídos com o BNDES e com a STN, bem como os encargos sobre as debêntures emitidas nos últimos cinco anos e a provisão para risco de crédito.

Resultado com Operações Financeiras

R\$ milhões



Receitas de Operações Financeira

Apesar da pequena variação entre os exercícios de 2011 e 2010 alguns fatores merecem destaque e serão descritos a seguir:

- ▲ Aumento de R\$ 514 milhões (80,9%) na receita com remuneração da carteira de debêntures, decorrente do aumento do saldo médio de debêntures.
- ▼ Redução de R\$ 532 milhões na receita com comissões e prêmios, devido ao efeito não recorrente do prêmio recebido em 2010 pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto na escritura.

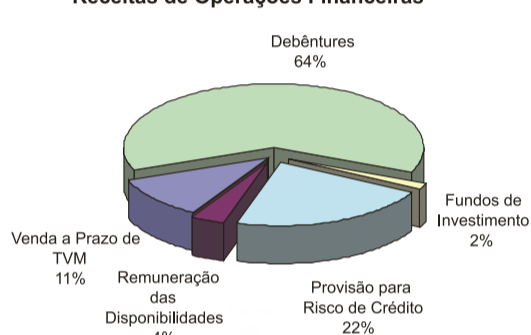
Despesas de Operações Financeiras

As despesas com operações financeiras apresentaram pequeno acréscimo de R\$ 14 milhões em relação ao exercício de 2010.

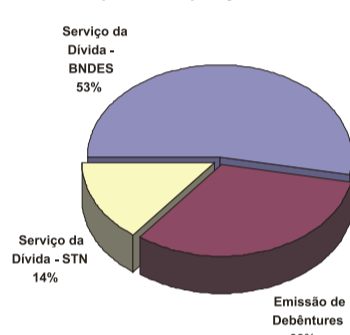
No entanto, considerando a despesa antes da provisão para risco de crédito observa-se um aumento de R\$ 384 milhões, basicamente por conta de:

- ▼ Crescimento de R\$ 191 milhões (38,9%) da **despesa com debêntures emitidas**, reflexo tanto do aumento do saldo médio das obrigações com debêntures como da variação no IPCA (5,9% acumulado em 31/12/10 contra 6,5% acumulado em 31/12/11), indexador de cerca de 50% das debêntures emitidas. O aumento do saldo médio decorre da quinta emissão, a Primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição, no valor de R\$ 2.025 milhões, cuja oferta foi concluída em 17/12/10.
- ▼ Acréscimo de R\$ 121 milhões (12,2%) das **despesas com mútuo com o BNDES**, refletindo o crescimento do saldo médio do passivo. A variação no saldo é fruto principalmente do repasse realizado pelo BNDES em setembro de 2010, no valor de R\$ 22,4 bilhões, utilizados pela BNDESPAR para integralização das ações adquiridas na capitalização da Petrobras. Parte destes recursos foram parcialmente convertidos em capital, sendo R\$ 15,6 bilhões no 4T/10 e R\$ 6 bilhões no 4T/11.

Receitas de Operações Financeiras



Despesas de Operações Financeiras



Atenuando o aumento das despesas de operações financeiras, cabe destacar:

- ▲ Receita com reversão de provisão para perdas no valor de R\$ 403 milhões registrada em 2011, em consequência de recuperações de crédito no valor de R\$ 486 milhões, contra uma receita de R\$ 35 milhões em 2010.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O acréscimo de R\$ 230 milhões (60,6%) no grupo de **outras despesas operacionais líquidas** entre 2011 e 2010 deveu-se principalmente a:

- ▼ Acréscimo da despesa tributária, notadamente PIS e COFINS, em R\$ 90 milhões (53,9%) devido ao aumento da base tributária, basicamente receita de JCP; e
- ▼ Redução em R\$ 79 milhões no resultado de atualização monetária de ativos e passivos – SELIC devido ao registro de despesa com atualização monetária registrada no 2T/11 no valor de R\$ 107 milhões sobre os dividendos complementares pagos ao BNDES sobre o lucro de 2010.

ESTRUTURA PATRIMONIAL

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 110.658 milhões em 31 de dezembro de 2011, o que representou redução de R\$ 15.165 milhões (12,1%) em relação a 31 de dezembro de 2010. O principal responsável por esta redução foi:

- ▼ desvalorização da carteira de participações societárias mensuradas ao valor justo (não-coligadas) cujo efeito foi de R\$ 18.357 milhões, registrado em contrapartida à rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido. Adicionalmente, cabe destacar a redução do patrimônio líquido da BNDESPAR de R\$ 5.731 milhões (6,6%) no exercício, atingindo a cifra de R\$ 80.771 milhões em 31/12/11. Esta redução deveu-se à desvalorização da carteira de ações de não-coligadas no valor de R\$ 12.058 milhões, líquido de seus efeitos tributários, cujo efeito foi parcialmente absorvido pelo aumento de capital no montante de R\$ 6.000 milhões proveniente da conversão de parte do mútuo com o BNDES.

Principais Ativos

O principal ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de ações que, em 31/12/11, totalizou R\$ 89.694 milhões (81,1% do ativo total). Esta carteira encontra-se dividida de dois grupos: (i) investimentos em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no total de R\$ 19.332 milhões em 31/12/11; e (ii) investimentos em não-coligadas, classificados como "TVM disponível para venda" e avaliados pelo valor justo, no total R\$ 70.362 milhões na mesma data.

A BNDESPAR é uma importante fonte de apoio financeiro às empresas através de valores mobiliários, raramente detendo mais do que 33% do capital total de uma empresa. Apesar de serem transitórios por natureza, alguns dos investimentos da BNDESPAR são feitos por períodos mais longos, dependendo essencialmente do tempo de maturação dos investimentos realizados. Adicionalmente, no início dos anos 80 e novamente no segundo semestre de 2009, houve integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional com ações de empresas estatais. Essas ações foram transferidas posteriormente para a BNDESPAR, constituindo atualmente parte expressiva do valor da carteira de participações societárias da Emissora.

Dessa forma, as decisões de investimentos da BNDESPAR são pautadas por uma visão de longo prazo, o que lhe confere uma certa blindagem quanto às flutuações e crises de curto prazo do mercado de capitais, configurando-se, assim, em uma fonte segura de recursos para as empresas nacionais.

O segundo maior ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de debêntures no total de R\$ 13.239 milhões (12,0% do ativo total) em 31/12/11. As debêntures são classificadas entre três categorias: (a) debêntures designadas ao valor justo com contrapartida em resultado, avaliadas por modelos de precificação que consideram suas características; (b) empréstimos e recebíveis, avaliadas pelo custo amortizado e (c) disponíveis para venda, cujas características não permitem a classificação em nenhuma das outras categorias.

As debêntures designadas são aquelas com cláusula de conversão ou permuta (derivativo embutido) e representam 76,0% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/11.

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2011, tal carteira compreendia títulos de emissão de 188 empresas (incluindo ações em 154 empresas) e de 38 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, alimentos, papel/celulose e telecomunicações.

A distribuição setorial da Carteira de Investimentos da BNDESPAR, a valor justo em 31 de dezembro de 2011, encontra-se na tabela a seguir:

Sector	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	38,7%	-	-	-	33,2%
Mineração	21,4%	14,3%	-	-	20,0%
Energia Elétrica	16,2%	20,6%	-	-	16,3%
Alimentos	8,8%	17,6%	-	-	9,6%
Telecomunicações	2,2%	12,5%	-	6,5%	3,3%
Papel e Celulose	3,2%	2,9%	-	-	3,1%
Metalurgia	0,1%	15,4%	-	74,6%	2,3%
Transportes	1,4%	2,9%	-	-	1,5%
Bens de Consumo	0,4%	9,7%	-	-	1,5%
Fd. Priv. Equitidy-PIQ	-	-	77,1%	-	1,6%
Outros	7,6%	4,1%	22,9%	18,9%	7,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em 31 de dezembro de 2011, a BNDESPAR possuía representantes em 11 (onze) Conselhos Fiscais e 27 (vinte e sete) Conselhos de Administração no universo de 154 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, possuía Acordo de Acionistas em 67 dessas empresas.

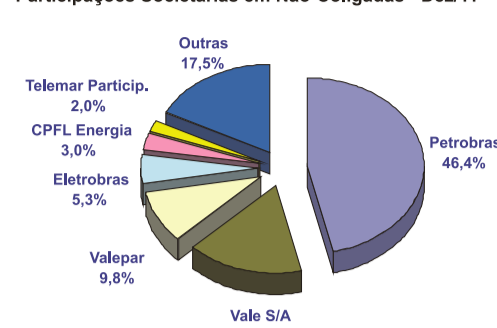
a) Carteira de Ações (Participações Societárias)

A carteira de participações societárias da BNDESPAR está dividida em dois grupos, conforme já mencionado: investimentos em coligadas e investimentos em não coligadas.

O saldo das participações em não-coligadas apresentou redução de 21,2% em 2011, passando de R\$ 89.249 milhões para R\$ 70.362 milhões. Esta redução concentra-se nas ações de companhias negociadas em bolsa e decorre da desvalorização do valor das ações de algumas destas companhias acompanhando o momento instável do mercado de capitais internacionais, cabendo ressaltar no entanto, que as mudanças no valor justo dessas participações correspondem a ganhos ou perdas econômicos não realizados, ou seja, sem efeito financeiro.

Segue composição destes investimentos em 31/12/11:

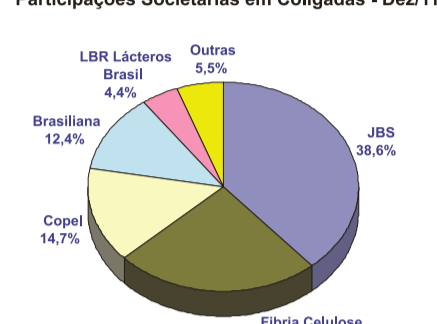
Participações Societárias em Não-Coligadas - Dez/11



Os investimentos em coligadas em 31/12/11 atingiram R\$ 19.332 milhões, com aumento de R\$ 5.691 milhões (41,7%) em relação a 2010, em razão da conversão das debêntures da JBS em ações da companhia, a qual já compunha o grupo de coligadas por conta da existência de influência significativa.

Segue composição destes investimentos em 31/12/11:

Participações Societárias em Coligadas - Dez/11



b) Debêntures

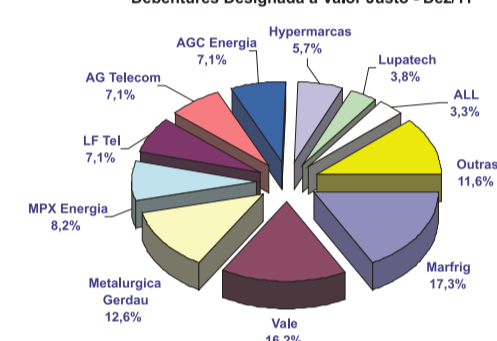
Conforme já mencionado, a carteira de debêntures da BNDESPAR está segregada em três grupos: debêntures designadas a valor justo com contrapartida em resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O valor contábil da carteira de debêntures alcançou R\$ 13.239 milhões em 31/12/11, praticamente estável em relação aos R\$ 13.102 milhões em 31/12/10. Apesar da pequena variação, destacam-se em 2011:

- ▲ aquisições de debêntures no montante de R\$ 4.851 milhões, destacando-se as subscrições da AGC Energia (R\$ 1.585 milhões), ETH Bio Participações (R\$ 686 milhões), MPX Energia (R\$ 676 milhões) e Suzano (R\$ 574 milhões); e
- ▼ conversão de debêntures da JBS, utilizadas como meio de pagamento para a aquisição de ações ordinárias da JBS S.A., o que gerou uma redução de R\$ 3.514 milhões no saldo.

Segue composição da Carteira de Debêntures em 31/12/11.

Debêntures Designada a Valor Justo - Dez/11



c) Outros Créditos

Compreendem os créditos a receber referentes à venda de Ações a Prazo, venda de debêntures a prazo, créditos com o BNDES e direitos recebíveis.

As operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, líquidas da provisão para perdas, totalizaram R\$ 1.273 milhões. Este saldo se manteve praticamente estável no exercício de 2011.

O saldo de direitos recebíveis, líquido da provisão para perdas, reduziu de R\$ 1.646 milhões em 31/12/10 para R\$ 36 milhões em 31/12/11, basicamente em função de operação específica de conversão de direitos recebíveis em debêntures. Este saldo teve origem no contrato de cessão de crédito do BNDES para a BNDESPAR realizado em dezembro/10.

d) Outros Ativos

Compreende, principalmente, impostos a recuperar, créditos tributários, dividendos e juros sobre capital próprio a receber e incentivos fiscais.

Em 31/12/11 os dividendos a receber da Eletrobrás, relativos ao período de 1979 a 1998 e suportados por fato relevante publicado em 22/01/10, representavam 73,5% do saldo de R\$ 1.798 milhões referente a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Fontes de recursos

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos (notadamente, juros recebidos de debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias e desinvestimentos). Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar as debêntures emitidas no mercado local e os contratos de mútuo firmados com o BNDES.

A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME e BNDES), sendo política do BNDES suprir as suas subsidiárias com os recursos requeridos para a execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

a) Obrigações por Repasses

Em relação à estrutura de capital, o BNDES se apresenta como a principal fonte onerosa de financiamento da BNDESPAR, representando 29,3% do capital de terceiros. O saldo dos contratos de mútuo com o BNDES em 31/12/11 era de R\$ 8.749 milhões, 25,2% inferior ao registrado no final do exercício de 2010. A redução do saldo decorreu da conversão de R\$ 6 bilhões do mútuo com o BNDES em capital social da companhia.

O quadro abaixo apresenta a composição do saldo das obrigações por repasses em 31/12/11 por moeda.

	JUROS	R\$ milhões DEZ/11
BNDES		8.749
TJLP	2,0%	8.711
US\$	7,0%	38
STN	Selic	2.885
Total		11.634

b) Obrigações por Emissão de Debêntures

As debêntures emitidas pela BNDESPAR representam 19,3% do capital de terceiros. Referem-se às debêntures simples emitidas pela BNDESPAR, da espécie quirografia, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e cinco emissões realizadas. Estas emissões tem como objetivos principais:

- atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
- contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, propiciando liquidez aos papéis negociados.

Em dezembro de 2010 a BNDESPAR realizou sua quinta oferta de debêntures, a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (primeira série), uma com taxa flutuante trimestral (segunda série) e outra indexada ao IPCA (terceira série). Foram distribuídas 2.025.000 debêntures simples, quirográficas, com valor nominal total de R\$ 2.025.000.000,00. Foram colocadas 500.000 debêntures da primeira série, 1.000.000 debêntures da segunda série e 525.000 debêntures da terceira série. A primeira e a segunda série têm vencimento em 1/1/14 e a terceira série tem vencimento em 15/1/17.

c) Outras Obrigações

No grupo de outras obrigações destaca-se o saldo de impostos diferidos, que representa 82,3% do total de R\$ 12.475 milhões apurado em 31/12/11. Estes impostos diferidos tem origem substancialmente no ajuste a valor justo dos investimentos em não coligadas e das debêntures designadas a valor justo em contrapartida ao resultado. O saldo de impostos diferidos teve redução de R\$ 5.986 milhões em 2011, acompanhando a redução do valor justo dos investimentos.

Outros valores que se destacam neste grupo são: os dividendos a pagar ao BNDES (acionista único) que totalizaram R\$ 983 milhões em 31/12/11.

d) Patrimônio Líquido

Em relação à estrutura de capital, o patrimônio líquido representa 73,0% do passivo total e apresentou redução de R\$ 5.731 milhões (6,6%) em relação a 31/12/10, atingindo R\$ 80.771 milhões. Esta variação resulta basicamente dos seguintes eventos:

Ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 12.107 milhões, majoritariamente composto pelo ajuste a valor justo da carteira de ações em empresas não coligadas; e

Aumento de capital social da companhia em R\$ 6 bilhões, através da conversão do mútuo com o BNDES.

IV. RECURSOS HUMANOS

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público e alocados para atividades relacionadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2011, a BNDESPAR possuía um quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987, de 111 profissionais (129 em 31/12/10). A AMC e a ACE, que desempenham atividades exclusivas da BNDESPAR, reuniam, em 31/12/11, 136 profissionais, sendo 116 de nível superior e 20 de nível médio.

V. INSTRUÇÃO CVM Nº 381 DE 14/01/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE		2.662.137	2.928.994
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		217.630	1.126.479
Disponibilidades	5	34	6
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	6.4	217.596	1.126.473
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		282.358	182.221
Debêntures designadas	6.3	3.907	260
Ações e bônus de subscrição	9.1	132.946	81.464
Instrumentos financeiros derivativos	20	145.505	100.497
OUTROS CRÉDITOS		2.162.149	1.620.294
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	226.132	236.147
Provisão para redução no valor recuperável - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7.3	(15.039)	(541)
Direitos recebíveis	7	9.347	67.915
Provisão para redução no valor recuperável - direitos recebíveis	7.3	(2.147)	(1.219)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	1.137.629	725.545
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	12.1	375.404	261.359
Devedores para depósitos em garantias		428.479	328.097
Diversos		2.344	2.991
ATIVO NÃO CIRCULANTE		107.996.146	122.894.428
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		86.015.375	104.463.409
Empréstimos e recebíveis - debêntures simples	6.3	2.844.124	1.058.443
Provisão para redução no valor recuperável - debêntures simples	6.3.3	(12.794)	(342)
Debêntures designadas	6.3	10.063.285	12.044.076
Debêntures disponíveis para venda	6.3.4	340.129	-
Ações e bônus de subscrição	9.1	70.229.043	89.167.652
Cotas de fundos de investimento	6.5	2.124.340	2.022.829
Instrumentos financeiros derivativos	20	427.248	170.751
OUTROS CRÉDITOS		2.648.579	4.789.645
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	1.137.683	1.135.545
Provisão para redução no valor recuperável - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7.3	(75.663)	(2.603)
Direitos recebíveis	7	37.232	1.608.348
Provisão para redução no valor recuperável - direitos recebíveis	7.3	(8.553)	(348)
Créditos tributários	12.2	715.394	651.140
Incentivos fiscais		181.781	242.244
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	660.705	1.183.848
INVESTIMENTOS		19.332.192	13.641.374
Participações em coligadas	9.2	19.332.192	13.641.374
TOTAL DO ATIVO		<u>110.658.283</u>	<u>125.823.422</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE		1.621.350	3.201.313
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES		174.647	306.224
OBRIGAÇÕES POR REPASSES		46.106	872.280
Repasses com o BNDES	10	46.106	872.280
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.400.597	2.022.809
Dividendos	14	982.544	983.048
Impostos e contribuições sobre o lucro	12.1	128.291	349.295
Outros impostos e contribuições		43.331	33.500
Provisões trabalhistas e cíveis	13	3	5.830
Passivo atuarial - FAMS	17	4.969	4.186
Contas a pagar - FAPES	17	6.172	5.326
Provisão para programa de desligamento de funcionários	19	13.151	7.531
Instrumentos financeiros derivativos	20	96.338	483.569
Diversas		125.798	150.524
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		28.266.293	36.120.164
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES		5.603.550	5.693.542
OBRIGAÇÕES POR REPASSES		11.588.225	13.403.679
Repasses com o BNDES	10	8.703.375	10.819.150
Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		2.884.850	2.584.529
OUTRAS OBRIGAÇÕES		11.074.518	17.022.943
Contas a pagar - FAPES	17	118.366	114.030
Passivo atuarial - FAMS	17	132.287	113.705
Provisão para programa de desligamento de funcionários	19	-	12.226
Provisões trabalhistas e cíveis	13	562.234	535.027
Tributos diferidos	12.2	10.261.631	16.247.955
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		80.770.640	86.501.945
Capital social		57.428.861	46.304.356
Aumento de capital em curso		2.947.631	5.124.505
Reserva de capital		92.993	92.993
Reservas de lucros		3.205.307	5.776.729
Reserva legal		1.299.469	1.084.074
Incentivos fiscais		226.021	191.649
Reserva de compatibilização de práticas contábeis		1.679.817	1.551.864
Dividendos adicionais propostos		-	2.949.142
Ajustes de avaliação patrimonial		17.095.848	29.203.362
Próprios		16.816.716	29.414.287
De coligadas		279.132	(210.925)
TOTAL DO PASSIVO		<u>110.658.283</u>	<u>125.823.422</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
RECEITAS OPERACIONAIS		8.624.157	8.239.148
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		7.216.892	6.835.684
Receita de equivalência patrimonial	9	1.923.733	1.240.776
Resultado com alienações de títulos de renda variável		1.705.143	3.014.903
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(23.485)	351.346
Juros sobre o capital próprio		2.440.348	1.593.457
Dividendos		1.171.153	635.202
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		1.407.265	1.403.464
Receitas de operações de crédito		201.757	157.373
Títulos e valores mobiliários		1.225.374	819.440
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		-	4.280
Resultado com fundos de investimentos		(31.885)	(122.084)
Comissões e prêmios		12.019	544.455
DESPESAS OPERACIONAIS		(2.454.739)	(2.654.275)
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(762.116)	(975.617)
Despesa de equivalência patrimonial	9	(710.498)	(801.427)
Constituição de provisão para perdas em investimentos		(50.143)	(174.188)
Despesas com aquisições de participações societárias		(1.475)	(2)
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		(1.692.623)	(1.678.658)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
. Emissão de debêntures		(682.370)	(491.093)
. BNDES	15	(1.112.799)	(992.542)
. Secretaria do Tesouro Nacional		(300.320)	(230.010)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	16	402.866	34.987
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(610.080)	(380.222)
Despesas com tributos		(257.439)	(167.046)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(442)	(409)
Despesas com pessoal		(277.852)	(281.471)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		(21.519)	1.685
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		66.544	146.326
Despesas administrativas		(111.097)	(77.863)
Diversas		(8.275)	(1.444)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.559.338	5.204.651
Imposto de renda	12	(577.456)	(958.430)
Contribuição social	12	(202.631)	(369.581)
Tributos diferidos	12	(439.079)	(161.406)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		4.340.172	3.715.234
Participação dos empregados no lucro		(32.277)	(46.199)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>4.307.895</u>	<u>3.669.035</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM REAIS		<u>4.307.895.000</u>	<u>3.669.035.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	4.307.895	3.669.035
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - próprios, líquido de efeitos tributários (1)	(12.037.932)	(4.078.820)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros, líquido de efeitos tributários (2)	(172.743)	-
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de coligadas	10.708	(149)
Realização do ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários (3)	(386.896)	(1.159.919)
Ajuste acumulado de conversão de coligadas (4)	(196.403)	(36.499)
Outros resultados abrangentes de coligadas (4)	675.752	335.285
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(7.799.619)</u>	<u>(1.271.067)</u>
(1) R\$ 6.201.359 mil em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 2.101.210 mil em 31 de dezembro de 2010		
(2) R\$ 88.988 mil em 31 de dezembro de 2011		
(3) R\$ 199.310 mil em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 597.534 mil em 31 de dezembro de 2010		
(4) Contempla os efeitos de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ (198.449) mil, em 31 de dezembro de 2010.		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Total	
			Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para compatibilização de práticas contábeis	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas		Lucros acumulados
Em 1º de janeiro de 2011	46.304.356	5.124.505	92.993	1.084.074	191.649	1.551.864	2.949.142	29.414.287	(210.925)	-	86.501.945
Aumento de capital (Nota 14)	11.124.505	(5.124.505)	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000.000
Dividendos - exercício de 2010	-	-	-	-	-	-	(2.949.142)	-	-	-	(2.949.142)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(12.597.571)	490.057	-	(12.107.514)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.307.895	4.307.895
Destinação do resultado											
. Reserva legal	-	-	-	215.395	-	-	-	-	-	-	(215.395)
. Reserva para compatibilização de práticas contábeis	-	-	-	-	-	127.953	-	-	-	-	(127.953)
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	34.372	-	-	-	-	-	(34.372)
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(982.544)
. Aumento de capital	-	2.947.631	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.947.631)
Em 31 de dezembro 2011	<u>57.428.861</u>	<u>2.947.631</u>	<u>92.993</u>	<u>1.299.469</u>	<u>226.021</u>	<u>1.679.817</u>	<u>-</u>	<u>16.816.716</u>	<u>279.132</u>	<u>-</u>	<u>80.770.640</u>
Mutações no exercício	<u>11.124.505</u>	<u>(2.176.874)</u>	<u>-</u>	<u>215.395</u>	<u>34.372</u>	<u>127.953</u>	<u>(2.949.142)</u>	<u>(12.597.571)</u>	<u>490.057</u>	<u>-</u>	<u>(5.731.305)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			Total	
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para compatibilização de práticas contábeis	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas		Lucros acumulados
Em 1º de janeiro de 2010	30.704.356	5.124.505	92.993	793.454	153.918	-	-	34.677.427	(335.515)	2.143.370	73.354.508
Aumento de capital	15.600.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.600.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(5.263.140)	124.590	-	(5.138.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.669.035	3.669.035
Destinação do resultado											
. Reserva legal	-	-	-	290.620	-	-	-	-	-	(290.620)	-
. Reserva para compatibilização de práticas contábeis	-	-	-	-	-	1.551.864	-	-	-	(1.551.864)	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	37.731	-	-	-	-	(37.731)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(983.048)	(983.048)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	2.949.142	-	-	(2.949.142)	-
Em 31 de dezembro 2010	<u>46.304.356</u>	<u>5.124.505</u>	<u>92.993</u>	<u>1.084.074</u>	<u>191.649</u>	<u>1.551.864</u>	<u>2.949.142</u>	<u>29.414.287</u>	<u>(210.925)</u>	-	<u>86.501.945</u>
Mutações no exercício	<u>15.600.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>290.620</u>	<u>37.731</u>	<u>1.551.864</u>	<u>2.949.142</u>	<u>(5.263.140)</u>	<u>124.590</u>	<u>(2.143.370)</u>	<u>13.147.437</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.307.895	3.669.035
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	737.296	(200.486)
Reversão da provisão para redução no valor recuperável	(402.866)	(34.987)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e civis	21.519	(1.685)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.213.235)	(439.349)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	712.221	330.618
Ajuste a valor justo na permuta de ações	(357.293)	-
Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures	680.447	479.673
Depreciação	8.190	6.358
Lucro na venda de investimentos	-	(1.056.349)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(4.481)	-
Constituição líquida de provisão para IR e CSLL corrente e diferido	1.219.166	692.393
Constituição da provisão para perdas de investimentos	50.143	174.188
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	23.485	(351.346)
Variação de ativos e obrigações	<u>(306.311)</u>	<u>(6.804.561)</u>
. Diminuição líquida em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	2.108.589	367.223
. Aumento líquido em títulos e valores mobiliários	(4.976.100)	(4.106.090)
. Aumento líquido nas demais contas do ativo	(553.781)	(747.248)
. Aumento (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	3.399.660	(1.684.955)
. Aumento líquido nas demais contas do passivo	(311.463)	91.222
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas	553.175	495.108
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(41.288)	(79.778)
. IR e CSLL pagos	(485.103)	(1.140.043)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	<u>4.738.880</u>	<u>(3.336.012)</u>
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	15.882	1.565.129
. Compra de investimentos	(720.406)	(33.428)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	<u>(704.524)</u>	<u>1.531.701</u>
Atividades de financiamentos		
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(902.015)	(104.156)
. Emissão de debêntures	-	2.025.000
. Dividendos pagos	(4.041.190)	(934.944)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	<u>(4.943.205)</u>	<u>985.900</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(908.849)</u>	<u>(818.411)</u>
Modificação na posição financeira		
Início do exercício	1.126.479	1.944.890
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.126.479	1.944.890
Final do exercício	217.630	1.126.479
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	217.630	1.126.479
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(908.849)</u>	<u>(818.411)</u>
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 24)		
. Aumento de capital	6.000.000	15.600.000
. Aquisição financiada de títulos	-	22.408.490
(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010		
RECEITAS	<u>3.528.539</u>	<u>4.951.014</u>		
Intermediação financeira	1.407.265	1.072.847		
Outras receitas	1.718.408	3.843.180		
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	402.866	34.987		
DESPESAS	<u>2.097.041</u>	<u>1.743.486</u>		
Intermediação financeira	2.095.489	1.713.645		
Outras despesas	1.552	29.841		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>131.414</u>	<u>205.268</u>		
Materiais, energia e outros	8.743	10.443		
Serviços de terceiros	72.528	50.430		
Perda de valores ativos	50.143	144.395		
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.300.084</u>	<u>3.002.260</u>		
RETENÇÕES	<u>8.190</u>	<u>6.358</u>		
Depreciação	8.190	6.358		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>1.291.894</u>	<u>2.995.902</u>		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>4.824.736</u>	<u>2.668.008</u>		
Resultado de equivalência patrimonial	1.213.235	439.349		
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.611.501	2.228.659		
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>6.116.630</u>	<u>5.663.910</u>		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>6.116.630</u>	<u>5.663.910</u>	100,0%	100,0%
Pessoal e encargos	269.750	287.167	4,4%	5,1%
- Remuneração direta	167.944	166.120		
- Benefícios	79.606	99.440		
- FGTS	17.951	17.365		
- Outros	4.249	4.242		
Impostos, taxas e contribuições	1.517.426	1.697.122	24,8%	30,0%
- Federais	1.515.552	1.695.154		
- Municipais	1.874	1.968		
Aluguéis	21.559	10.586	0,4%	0,2%
Dividendos	982.544	983.048	16,1%	17,4%
Lucros retidos	3.325.351	2.685.987	54,3%	47,3%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
LUCIANO GALVÃO COUTINHO
ALESSANDRO GOLOMBIESWSKI TEXEIRA
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

CONSELHO FISCAL:

CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA
RICARDO SCHAEFER
CLÁUDIO DE ALMEIDA NEVES
ANDRÉ PROITE – Suplente
FÁBIO ESTORTI DE CASTRO – Suplente
JORGE KALACHE FILHO – Suplente

DIRETORIA:

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Diretor- Presidente
JOÃO CARLOS FERRAZ – Diretor-Superintendente
ELVIO LIMA GASPAR – Diretor
JULIO CESAR MACIEL RAMUNDO – Diretor
LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – Diretor
LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES – Diretor
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Diretor
ROBERTO ZURLI MACHADO – Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores da
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

PARECER N.º 02 / 2012 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/11 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de /2/12, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira BNDESPAR, em 31/12/11, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R\$ 4.307.894.655,12), já contemplada nas demonstrações financeiras:

- Reserva Legal:** 5%, correspondentes a R\$ 215.394.732,76 (duzentos e quinze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos);
- Reserva de Incentivos Fiscais:** R\$ 34.371.880,01 (trinta e quatro milhões, trezentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta reais e um centavo), referentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício;
- Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis:** R\$ 127.953.537,89 (cento e vinte e sete milhões,

noventa e cinquenta e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos), para constituição da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis;

- Dividendos Mínimos:** 25%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 982.543.626,12 (novecentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e doze centavos); e
- Dividendos Complementares:** 75%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, correspondentes a R\$ 2.947.630.878,34 (dois bilhões, novecentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e trinta mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos), para incorporação de capital.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de fevereiro de 2012.

Cleber Ubiratan de Oliveira
Ricardo Schaefer
Cláudio de Almeida Neves

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras trimestrais da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativos ao exercício e trimestre encerrados em 31 de dezembro de 2011 segundo as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta e compara os principais indicadores da FINAME nos exercícios e trimestres findos em 31/12/11 e 31/12/10.

R\$ milhões, exceto percentuais						
Resultado	31/12/2011	31/12/2010	Evolução %	4T/11	4T/10	Evolução %
Produto de Intermediação Financeira	1.242	910	36,5	353	520	(32,1)
Provisão para Risco de Crédito	(820)	(404)	(103,0)	(829)	23	(3.704,3)
Outras Receitas/Despesas	(200)	(117)	(70,9)	(76)	(54)	(40,7)
Tributação sobre o Lucro	(313)	(328)	4,6	(115)	(190)	39,5
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	(91)	61	(249,2)	(667)	299	(323,1)
Balanco Patrimonial	DEZ / 11	DEZ / 10	Evolução %	DEZ / 11	SET / 11	Evolução %
Ativo Total (AT)	122.360	99.505	23,0	122.360	117.872	3,8
Títulos e Valores Mobiliários	292	1.015	(71,2)	292	579	(49,6)
Operações de Créditos e Repasses Interfinanceiros	117.642	96.648	21,7	117.642	113.584	3,6
Outros Ativos	4.426	1.842	140,3	4.426	3.709	19,3
Empréstimos e Repasses	111.889	92.043	21,6	111.889	109.852	1,9
Outras Obrigações	1.024	923	10,9	1.024	905	13,1
Patrimônio Líquido (PL)	9.447	6.539	44,5	9.447	7.115	32,8
Índices Financeiros (%)	DEZ / 11	DEZ / 10	Evolução %	DEZ / 11	SET / 11	Evolução %
Inadimplência / Carteira Total ^{1/}	0,00%	0,39%	(0,39)	0,00%	0,00%	-
PDD / Carteira Total ^{1/}	1,19%	0,91%	0,28	1,19%	0,51%	0,68
Índice de Cobertura ^{1/2/}	N/A	2,31	N/A	N/A	N/A	N/A
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	7,72%	6,57%	1,15	7,72%	6,04%	1,69
	31/12/2011	31/12/2010	Evolução %	4T/11	4T/10	Evolução %
Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio) ^{3/}	-0,08%	0,07%	(0,15)	-0,56%	0,31%	(0,87)
Retorno s/ PL (LL / PLmédio) ^{4/}	-1,14%	0,94%	(2,07)	-8,06%	4,67%	(12,73)

^{1/} Inclui Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros.

^{2/} PDD / Créditos Inadimplentes

^{3/} ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2

^{4/} PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2

RESULTADO

O resultado da FINAME no 4T/11 foi um prejuízo de R\$ 667 milhões, resultado substancialmente inferior ao do mesmo trimestre de 2010, um lucro de R\$ 299 milhões. O prejuízo apurado no 4T/11 está associado à despesa com provisão para risco de crédito, despesa esta relacionada ao crescimento da carteira da FINAME e à mudança na classificação de risco de operações específicas de empresa em fase de recuperação judicial.

O resultado acumulado no exercício foi um prejuízo de R\$ 91 milhões, inferior ao lucro de R\$ 61 milhões registrado em 2010. O principal responsável por este prejuízo foi a despesa com provisão para risco de crédito, conforme explicado acima. O crescimento da carteira de crédito associado à redução do custo de captação da FINAME de 1% a.a para 0,5% a.a., a partir de setembro de 2010, absorveu parte do impacto negativo da provisão.

ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em relação à estrutura de capital, desde em 31/3/11, o BNDES consiste na única fonte onerosa de financiamento da FINAME, representando 91,4% do passivo total em 31/12/11 (93,2% em 30/9/11), já que as obrigações com repasses do Tesouro Nacional foram liquidadas no 1T/11. O patrimônio líquido respondia por 7,7% do passivo total em 31/12/11 (6,0% em 30/9/11).

O ativo total da FINAME atingiu R\$ 122.360 milhões em 31/12/11, aumento de R\$ 4.488 milhões (3,8%) em relação à 30/9/11. Este incremento reflete o crescimento da carteira de operações de crédito e repasses, rubrica esta que representa 96,2% do ativo total (96,4% em 30/9/11). O acréscimo das operações de crédito e repasses, por sua vez, decorreu principalmente das contratações no âmbito do PSI – Programa de Sustentação do Investimento, destinadas ao estímulo da produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica.

O saldo da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros em 31/12/11 era de R\$ 119.060 milhões. A provisão para risco de crédito somou R\$ 1.418 milhões (R\$883 milhões em 31/12/10), o que perfaz 1,2% da carteira (0,91% em 31/12/10). Em 31/12/11, a FINAME não apresentava créditos inadimplentes em sua carteira.

Destaca-se ainda a ótima qualidade desta carteira comparativamente à média apresentada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em 31/12/11, a FINAME concentrava 97,5% de seus créditos entre os níveis "AA" e "C", considerados de baixo risco, ao passo que, na média, o SFN concentrava 92,3% em 30/11/11 (dados preliminares - última data disponível) de seus créditos entre tais níveis.

O crescimento de 19,3% dos outros ativos reflete os valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de programas incentivados pelo Governo Federal, notadamente as operações no âmbito do PSI, com remuneração de 1% a.a. acima da TJLP assegurada pelo TN.

O acréscimo das obrigações por repasses no exercício visou suportar o crescimento da carteira de crédito.

O incremento de 32,8% do patrimônio líquido em relação à 30/9/11 reflete o aumento de capital de R\$ 3.000 milhões, sem emissão de ações, mediante a conversão de mútuo do BNDES com a FINAME, realizado em novembro, parcialmente reduzido pelo prejuízo de R\$ 91 milhões registrado em 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE		32.913.410	27.414.315
DISPONIBILIDADES		12	1
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	278.752	1.014.771
Cotas de Fundos de Investimento do Banco do Brasil		278.752	1.014.091
Ações		-	680
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	31.696.374	25.138.052
Repasses interfinanceiros		31.833.940	25.244.898
Provisão para risco de crédito		(137.566)	(106.846)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	875.842	1.228.654
Operações de crédito		1.000.750	1.316.590
Provisão para risco de crédito		(124.908)	(87.936)
OUTROS CRÉDITOS		62.430	32.837
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações		-	600
Créditos tributários	8.2	24.541	21.602
Diversos		37.889	10.635
ATIVO NÃO CIRCULANTE		89.446.462	72.090.258
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		89.446.462	72.090.258
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	12.822	-
Ações		12.822	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	79.384.011	64.500.418
Repasses interfinanceiros		79.728.546	64.774.567
Provisão para risco de crédito		(344.535)	(274.149)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	5.685.542	5.781.344
Operações de crédito		6.496.383	6.195.120
Provisão para risco de crédito		(810.841)	(413.776)
OUTROS CRÉDITOS		4.364.087	1.808.496
Créditos tributários	8.2	120.266	16.326
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	16	4.222.614	1.763.316
Incentivos fiscais		21.207	28.854
TOTAL DO ATIVO		122.359.872	99.504.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE		5.230.448	7.518.284
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	7	4.297.439	6.684.850
Repasses com o BNDES		4.297.439	4.244.775
Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		-	2.440.075
OUTRAS OBRIGAÇÕES		933.009	833.434
Passivo atuarial - FAMS	13.2	1.511	1.283
Créditos vinculados a liquidação de operação		29.528	29.834
Dividendos a pagar	10	-	14.529
Impostos e contribuições sobre o lucro	8.1	354.457	202.665
Outros impostos e contribuições		7.086	16.935
Contas a pagar - FAPES	13.1	2.219	1.915
Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	9.736	4.624
Vinculadas ao Tesouro Nacional	16	123.558	122.339
Depósitos a apropriar	17	352.465	398.613
Diversas		52.449	40.697
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		107.682.164	85.447.706
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	7	107.591.734	85.358.443
Repasses com o BNDES		107.591.734	85.358.443
OUTRAS OBRIGAÇÕES		90.430	89.263
Contas a pagar - FAPES	13.1	42.062	40.544
Provisões trabalhistas e cíveis	9	566	554
Passivo atuarial - FAMS	13.2	47.789	43.540
Débitos tributários	8.2	13	-
Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	-	4.625
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	9.447.260	6.538.583
Capital social		9.498.926	5.994.062
Aumento de capital em curso		-	504.864
Reservas de lucros		-	39.657
Reserva legal		-	26.464
Reserva de incentivos fiscais		-	13.193
Ajustes de avaliação patrimonial		16	-
Própria		16	-
Lucros (prejuízos) acumulados		(51.682)	-
TOTAL DO PASSIVO		122.359.872	99.504.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º semestre 2011	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.368.000	8.635.582	5.975.695
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		2.457.151	4.670.985	4.345.569
. Moeda estrangeira		1.495.659	1.239.129	150.578
Resultado com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.359.071	2.610.990	1.396.746
Rendas de títulos e valores mobiliários		56.119	114.478	82.802
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.564.329)	(8.213.225)	(5.470.331)
Empréstimos do BNDES e da STN				
. Moeda nacional		(3.286.820)	(6.224.920)	(4.967.490)
. Moeda estrangeira		(1.458.781)	(1.168.345)	(98.535)
Outras despesas de captação		(106)	(207)	(768)
Provisão para risco de crédito	12	(818.622)	(819.753)	(403.538)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(196.329)	422.357	505.364
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(116.728)	(189.863)	(109.643)
Reversão de provisões trabalhistas e cíveis		(92)	(75)	2.216
Despesas tributárias		(29.323)	(44.647)	(44.135)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC		-	(429)	(895)
Despesas com pessoal	11.5	(54.520)	(95.306)	(39.078)
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	(525)	-
Despesas administrativas		(23.455)	(41.035)	(15.376)
Despesas de retenções contratuais		(1.347)	(1.047)	(336)
Outras despesas operacionais		(8.086)	(11.850)	(14.626)
Outras receitas operacionais		95	5.051	2.587
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(313.057)	232.494	395.721
Imposto de renda	8	(141.625)	(262.806)	(147.846)
Contribuição social	8	(84.969)	(157.148)	(89.016)
Impostos diferidos (constituição)/reversão	8	21.182	106.880	(91.310)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		(518.469)	(80.580)	67.549
Participação dos empregados no lucro		(10.759)	(10.759)	(6.372)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		(529.228)	(91.339)	61.177
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO (R\$/AÇÃO)		(0,897635)	(0,154922)	0,103764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial De ativos próprios	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais			
Em 1º de julho de 2011	6.317.682	181.244	26.464	13.193	15	437.889	6.976.487
Aumento de capital (Nota 10)	3.181.244	(181.244)	-	-	-	-	3.000.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1	-	1
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(529.228)	(529.228)
Apropriação do resultado (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	(26.464)	-	-	26.464	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(13.193)	-	13.193	-
Em 31 de dezembro de 2011	9.498.926	-	-	-	16	(51.682)	9.447.260
Mutações no semestre	3.181.244	(181.244)	(26.464)	(13.193)	1	(489.571)	2.470.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	De ativos próprios		
Em 1º de janeiro de 2011	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	-	6.538.583
Aumento de capital (Nota 10)	3.504.864	(504.864)	-	-	-	-	3.000.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	16	-	16
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(91.339)	(91.339)
Apropriação do resultado (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	(26.464)	-	-	26.464	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(13.193)	-	13.193	-
Em 31 de dezembro de 2011	9.498.926	-	-	-	16	(51.682)	9.447.260
Mutações no exercício	3.504.864	(504.864)	(26.464)	(13.193)	16	(51.682)	2.908.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2010	5.994.062	461.276	23.301	11.216	-	6.489.855
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-	-	2.080	2.080
Aumento de capital	-	43.588	-	-	(43.588)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.177	61.177
Destinação do resultado (Nota 10)	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	3.163	-	(3.163)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.977	(1.977)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Em 31 de dezembro de 2010	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	6.538.583
Mutações no exercício	-	43.588	3.163	1.977	-	48.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	2º semestre 2011	2011	2010
Atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do semestre / exercício	(529.228)	(91.339)	61.177
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	1.025.593	1.136.157	730.370
Constituição da provisão para risco de crédito	818.622	819.753	403.538
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e civis	92	75	(2.216)
Depreciação	1.467	2.730	876
Constituição líquida de provisão para IR e CSLL corrente e diferido	205.412	313.074	328.172
Provisão para ajuste de investimentos	-	525	-
Varição de ativos e obrigações	(644.559)	(1.765.238)	(418.671)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(12.217.091)	(21.813.054)	(28.519.833)
. Aumento líquido nas demais contas do ativo	(1.281.462)	(2.493.685)	(1.355.404)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	13.209.802	23.161.325	29.541.719
. Redução líquida nas demais contas do passivo	163.046	(50.724)	419.723
. Juros pagos - de empréstimos e repasses	(315.445)	(315.445)	(456.237)
. IR e CSLL pagos	(203.409)	(253.655)	(48.639)
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais	(148.194)	(720.420)	372.876
Atividades de financiamentos			
. Dividendos pagos	-	(14.908)	(48.991)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(14.908)	(48.991)
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(148.194)	(735.328)	323.885
Modificação na posição financeira			
Início de semestre / exercício			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	426.958	1.014.092	690.207
Final de semestre / exercício			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	278.764	278.764	1.014.092
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(148.194)	(735.328)	323.885
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 18)			
. Aumento de capital	3.000.000	3.000.000	-

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	2º semestre 2011	2011	2010
RECEITAS	4.549.473	7.820.880	5.574.744
Intermediação financeira	5.368.000	8.635.582	5.975.695
Outras receitas	95	5.051	2.587
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	(818.622)	(819.753)	(403.538)
DESPESAS	4.755.232	7.406.873	5.080.434
Intermediação financeira	4.745.707	7.393.472	5.066.793
Outras despesas	9.525	13.401	13.641
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	17.709	31.293	12.657
Materiais, energia e outros	1.955	2.958	1.609
Serviços de terceiros	15.754	27.810	11.048
Perda (recuperação) de valores ativos	-	525	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	(223.468)	382.714	481.653
RETENÇÕES	1.467	2.730	876
Depreciação	1.467	2.730	876
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(224.935)	379.984	480.777
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(224.935)	379.984	480.777
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(224.935)	379.984	480.777
Pessoal e encargos	46.660	82.051	33.818
- Remuneração direta	30.924	56.267	23.636
- Benefícios	11.575	18.384	7.202
- FGTS	3.434	5.984	2.395
- Outros	727	1.416	585
Participação dos empregados nos lucros	10.759	10.759	6.372
Impostos, taxas e contribuições	242.793	371.327	377.950
- Federais	242.767	370.638	377.586
- Municipais	26	689	364
Aluguéis	4.081	7.186	1.460
Dividendos	-	-	14.529
Lucros (prejuízos) retidos	(529.228)	(91.339)	46.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO:

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA – Membro da Junta
GABRIEL JORGE FERREIRA – Membro da Junta
HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES – Membro da Junta
LUIZ AUBERT NETO – Membro da Junta
FRANCISCO DE ASSIS CREMA – Membro da Junta
MÁRCIO LEÃO COELHO – Membro da Junta
ROBERTO SMITH – Membro da Junta

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração não é obrigatória para o FINAME, sendo uma informação suplementar, a qual foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

DECISÃO Nº JA - 01/2012 - FINAME

REUNIÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

Interessada: **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**
C.N.P.J.: 33.660.564/0001-00
Avenida República do Chile, 100 - parte
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Financeiras da FINAME referentes ao exercício encerrado em 31/12/11 e proposta de destinação do resultado do exercício.

Referência: INFORMAÇÃO PADRONIZADA AF/DEPCO – 4/12 de 1/2/12, e MINUTA do PARECER de DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES.

Endossando o parecer do Relator, a Junta de Administração da FINAME decidiu, por unanimidade, após examinar o Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – AUDITORES INDEPENDENTES S/S, manifestar-se favoravelmente à aprovação:

- I) das Demonstrações Financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME referentes ao exercício de 2011, e encaminhá-las à deliberação do seu acionista único, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na forma da legislação em vigor; e
- II) da seguinte proposta de destinação do resultado do exercício, um prejuízo de R\$ 91.338.532,89 (noventa e um milhões, trezentos e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e nove centavos), já

contemplada nas demonstrações financeiras:

- a) absorção da totalidade da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 13.193.533,61 (treze milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos);
- b) absorção da totalidade da Reserva Legal no valor de R\$ 26.463.363,52 (vinte e seis milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos); e
- c) manutenção do saldo remanescente do prejuízo do exercício, no valor de R\$ 51.681.635,76 (cinquenta e um milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), na conta de Prejuízos Acumulados.

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA
GABRIEL JORGE FERREIRA
HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES
LUIZ AUBERT NETO
FRANCISCO DE ASSIS CREMA
MÁRCIO LEÃO COELHO
ROBERTO SMITH

As Demonstrações Financeiras foram publicadas na Inteira, em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma), em 27 de fevereiro de 2012, no Diário Oficial da União - Seção I, páginas 69 a 150 e no site http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Demonstrativos_Financeiros/.

Ouvidoria: 0800 702 6307
www.bndes.gov.br

**QUEM PROCURA
DESENVOLVIMENTO
ENCONTRA O BNDES.**



Usina Hidrelétrica de Tucuruí - Foto cedida pela Eletronorte

O BNDES está presente em todos os setores da economia brasileira, financiando iniciativas que contribuem para o desenvolvimento do país. Para o Banco, não existe projeto grande ou pequeno demais. Por isso, o BNDES apoia empreendimentos de todos os portes, em setores tão diversos como saneamento, indústria, meio ambiente, infraestrutura, exportação, comércio, inovação e serviços. Este é o BNDES. Sempre trabalhando pelo crescimento do país, pela geração de empregos e pela qualidade de vida de todos os brasileiros.